



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Vítimas do “sexo forte” e agressoras do “sexo fraco” –
Relação entre as representações sociais do abuso sexual de crianças e
jovens e as representações sociais de género numa amostra de
estudantes e profissionais**

Catarina Carreiro Garcia Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2018

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Vítimas do “sexo forte” e agressoras do “sexo fraco” –
Relação entre as representações sociais do abuso sexual de crianças e
jovens e as representações sociais de género numa amostra de
estudantes e profissionais

Catarina Carreiro Garcia Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Agradecimentos

Este é o trabalho que marca o fim de 17 anos de estudo e principalmente dos melhores cinco anos de uma vida. Como tal, agradeço a todos aqueles que se cruzaram no meu caminho até hoje, família, amigos, professores, e outros, porque cada um me ensinou qualquer coisa que me fez chegar até aqui.

Agradeço especialmente à minha família, e em particular à Mãe e ao Pai, pelo que investiram, de todas as formas, para que eu pudesse hoje ser Mestre. Principalmente, por sempre me terem deixado decidir qual seria o meu próximo passo, e em que aventura me iria meter mais uma vez.

À Professora Doutora Carla Moleiro, um grande e sentido obrigada, pois sem ela não teria sido possível. Por toda a ajuda técnica, mas, especialmente, pela motivação e por me fazer acreditar que seria capaz nas alturas em que eu duvidava.

Ao Ângelo Fernandes, Diretor Executivo da Associação Quebrar o Silêncio, pela disponibilidade demonstrada em todos os momentos e, à parte, pelo trabalho excelente que desenvolve junto das vítimas.

E porque a tese é um trabalho solitário, um obrigado aos colegas de mestrado, e de licenciatura, que constantemente me perguntavam se estava a correr bem (e partilharam o meu questionário!), principalmente à Catarina Relvas. Um obrigada especial à Catarina Lopes, por ser a pessoa a quem recorro, sempre, desde há cinco anos, e nunca me ter falhado; ao Eduardo Mascarenhas, pelos quatro anos de amizade, e por ter ficado até hoje; ao Rafael Duarte, por continuar a ser a minha fita dourada, aconteça o que acontecer; e à Marta, por estar longe e nunca me perguntar pela tese, mas continuar sempre presente.

Por último, ao Abraham, por ter atravessado a península ibérica para estar ao meu lado durante esta etapa, e ter sido o meu apoio de todas as horas. Pela palavras motivadoras, pela paciência, pela fé infinita que tem em mim.

Resumo

O abuso sexual de crianças e jovens é considerado um problema de saúde pública, acarreta para as vítimas consequências mais negativas que qualquer outra forma de maus-tratos e é uma realidade transversal a qualquer cultura. Apesar do investimento realizado no estudo desta problemática, esta é ainda um tema tabu e envolto numa variedade de mitos que apenas contribuem para a ocorrência do mesmo.

O principal objetivo desta dissertação é verificar se existe relação, e se sim, qual, entre as representações sociais de género e as representações de abuso sexual de crianças e jovens numa amostra de estudantes e profissionais das áreas da saúde, educação, ação social, direito, forças policiais, e outras com contacto com crianças e jovens.

O presente estudo contou com uma amostra de 168 participantes e a recolha de dados foi realizada através de um questionário online constituído por três instrumentos de autorrelato - Questionário de Representações sobre o Abuso Sexual de Crianças – Histórias (QRASC-HIS), a Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS) e a Escala de Atitudes Pacíficas face ao Género (EAPG).

Os principais resultados tornam evidente que as representações sociais de género estão relacionadas com as representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens, na medida em que indivíduos com atitudes mais assimétricas face ao género apresentam maior legitimação do abuso sexual. Revelou-se ainda que casos em que a agressora é do sexo feminino e a vítima do sexo masculino são mais legitimados.

Palavras-chave: Representações sociais, Abuso sexual, Género

PsycInfo Codes:

2956 Childrearing e Child Care

3040 Social Perception e Cognition

Abstract

Sexual abuse of children and youth is considered a public health problem, which has more negative consequences for victims than any other form of maltreatment and is a cross-cultural reality. Despite the investment made in the study of this problem, this is still a taboo subject and is involved in a variety of myths that only contribute to its maintenance.

The main objective of this dissertation is to verify if there is a relationship, and if yes, which is, between the social representations of gender and the social representations of sexual abuse of children and youth in a sample of students and professionals in the areas of health, education, social action, law, police and others with contact with children and youth.

The present study had a sample of 168 participants and the data collection was performed through an online questionnaire consisting of three self-report instruments - Questionnaire of Beliefs on Children Sexual Abuse-Histories (QRASC-HIS), the Scale of Beliefs on Sexual Abuse and the Pacific Attitudes Towards Gender Scale (EAPG).

The main results make it clear that the social representations of gender are related to the social representations of sexual abuse of children and youth and that individuals with more gender asymmetric attitudes present greater legitimization of sexual abuse. It was also revealed that cases in which the aggressor is female and the victim is male are more legitimated.

Key words: Social Representations, Sexual abuse, Gender

PsycInfo Codes:

2956 Childrearing e Child Care

3040 Social Perception e Cognition

Índice

Introdução.....	21
Capítulo I - Conceptualização do abuso sexual de crianças e jovens.....	24
1.1. Parâmetros de relações sexuais abusivas.....	27
1.1.1. Quem é o agressor.....	27
1.1.2. Limite de idade para a vítima.....	28
1.1.3. Consentimento.....	28
1.2. Caracterização das vítimas e agressores/as sexuais.....	28
1.2.1. Vítimas.....	28
1.2.2. Agressores/as sexuais.....	30
1.3. Fatores de risco.....	33
1.3.1. Fatores da criança/jovem.....	34
1.3.2. Fatores do ambiente familiar.....	35
1.3.3. Fatores do/a agressor/a.....	36
1.3.4. Fatores culturais.....	37
1.4. Fatores de proteção.....	37
1.4.1. Fatores da criança/jovem.....	38
1.4.2. Fatores do ambiente familiar.....	38
1.4.3. Fatores do meio/culturais.....	38
1.5. Indicadores de possível abuso sexual.....	38
1.5.1. Indicadores sexuais.....	38
1.5.2. Indicadores não sexuais.....	41

1.5.3. Crianças assintomáticas.....	42
1.6. Consequências do abuso sexual de crianças e jovens.....	42
1.6.1. Consequências físicas.....	43
1.6.2. Comportamentos sexualizados.....	43
1.6.3. Efeitos emocionais.....	43
1.6.4. Comportamentos de risco.....	44
1.6.5. Efeitos a longo prazo.....	44
1.7. Processo de revelação do abuso sexual.....	45
1.8. Enquadramento legal do abuso sexual de crianças e jovens em Portugal.....	47
1.9. Taxas de prevalência e incidência do abuso sexual de crianças e jovens em Portugal.....	48
Capítulo II – Psicologia social do género.....	51
2.1. Abordagem evolutiva.....	51
2.2. Abordagem cultural.....	52
2.3. Abordagem de estrutura social.....	52
Capítulo III – Representações sociais.....	54
3.1. Representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens.....	55
3.2. Representações sociais de género.....	57
3.3. Relação entre as representações sociais de género e do abuso sexual de crianças e jovens.....	59
Capítulo IV – Método.....	61
4.1. Objetivos e hipóteses.....	61
4.2. Participantes.....	62

4.3.Instrumentos.....	65
4.3.1. Questionário sócio-demográfico.....	65
4.3.2. Questionário de representações sobre o abuso sexual de crianças – Histórias.....	65
4.3.3. Escala de crenças sobre o abuso sexual.....	66
4.3.4. Escala de atitudes pacíficas relativamente ao género.....	66
4.4.Procedimento de recolha.....	67
4.5.Procedimento de análise.....	67
Capítulo V – Resultados.....	69
5.1. Análises descritivas.....	69
5.2. Correlações.....	70
5.3. Análise em função das variáveis sociodemográficas do participante.....	71
5.4. Análise em função da idade da vítima e sexo da vítima e do agressor	73
5.5. Regressões lineares.....	73
Capítulo VI – Discussão.....	74
Anexos	
Anexo A – Tipos de abuso sexual	
Anexo B – Consentimento informado e questionário aplicado	

Índice de quadros

Quadro 4.2.1 Caraterísticas dos participantes

Quadro 4.3.3.1. Índices de correlação entre as subescalas e a escala total

Quadro 4.3.4.1. Índices de correlação entre as subescalas

Quadro 5.1.1. Diferenças de médias das histórias apresentadas

Quadro 5.1.2. Estatísticas descritivas do QRASC-HIS e da ECAS

Quadro 5.1.3. Estatísticas descritivas da EAPG

Quadro 5.2.1. Índices de correlação entre as escalas

Quadro 5.3.1. Médias marginais estimadas

Glossário de siglas

CP – Código Penal

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

WHO - World Health Organization

Introdução

Embora existam registros de abusos sexuais perpetrados desde a Antiguidade, somente há pouco mais de um século se publicou o primeiro trabalho científico (*Étude médico-légale sur les services et mauvais traitements exercés sur des enfants*, por Ambroise Tardieu em 1860) sobre maus-tratos contra crianças e jovens e se tornou este tema um assunto de saúde pública. Embora atualmente existam bastantes artigos publicados, o abuso sexual de crianças e jovens continua a ser um tema tabu e envolto numa variedade de mitos que contribuem para a ignorância sobre o mesmo (Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006).

No entanto, este é um fenómeno universal que afeta crianças e jovens de qualquer idade, género, raça, etnia e estatuto económico (National Child Traumatic Stress Network, 2009). Cerca de uma em cinco raparigas e um em seis rapazes sofrem algum tipo de abuso sexual antes de atingirem a maioridade (Centers for Disease Control, 1997, citado por Maikovich-Fong & Jaffee, 2010).

O abuso sexual de crianças e jovens ainda é visto como um acontecimento raro apesar de ser considerado por alguns autores o problema de saúde mais prevalente e com o mais sério conjunto de consequências que afeta as crianças e os jovens (Townsend, 2013). Um em cada quatro adultos foi vítima deste crime durante a infância. A nível mundial, cerca de 18% das raparigas e 8% dos rapazes são vítimas de abuso sexual (WHO, 2017), sendo que 70% dos casos de abuso sexual reportados têm como vítimas crianças e jovens (Crimes against Children Research Center, 2002). Ainda assim, as estatísticas não representam a verdadeira magnitude do problema, tendo em conta que apenas cerca de 38% das vítimas revela a situação de abuso (London, Bruck, Ceci & Shuman, 2003; Ullman, 2007, citados por Darkness to Light, 2015).

As crenças ainda existentes de que os agressores são indivíduos (do sexo masculino) com um aspeto estranho e comportamento diferente, que sofrem de doenças psiquiátricas, que todos são pedófilos e que a maioria tem preferência sexual por crianças/jovens do mesmo sexo, são erradas, e contribuem para a manutenção de estereótipos sobre o agressor e a manutenção do abuso. Os agressores sexuais parecem-se e aparentemente agem como qualquer outro indivíduo. Podem ser, e são na maioria dos casos, pessoas próximas da vítima. Não existem dados que provem que são indivíduos menos inteligentes e uma parte considerável não possui doenças psiquiátricas nem é considerado pedófilo. Várias são as motivações destes indivíduos, o que também dificulta a identificação de características comuns e a construção de um perfil de agressor. Um mesmo agressor tem em média, em 70% dos casos, entre uma a nove vítimas e, em 20% dos casos, entre 10 a 40 vítimas (Darkness to Light, 2015).

O abuso sexual tem um impacto profundo e consequências a nível físico e psicológico, associado a uma variedade de consequências nefastas a curto e a longo prazo. É necessário relembrar

que as consequências a nível psicológico são tão sérias quanto as restantes e inclusive mais duradouras (WHO, 2002).

Apesar de tudo, as verdadeiras taxas de prevalência e incidência do abuso sexual de crianças e jovens serão sempre desconhecidas. Este é um crime que ocorre em segredo e, quanto mais impensável e estigmatizante, mais provável é que o segredo se mantenha, dando azo a inúmeros casos não reportados e não reconhecidos (Saradjia, 2010).

De entre todos os mitos que envolvem esta temática, destacamos nesta dissertação a crença de que os agressores são sempre do sexo masculino e as vítimas sempre do sexo feminino. Esta crença, assente em estereótipos de género, contribui para a manutenção do segredo, impedindo inúmeras vítimas de revelarem a situação de abuso em que se encontram e, inclusive, de perceberem que se encontram nessa situação. Contribui também para que agressoras do sexo feminino saiam impunes dos seus atos, ou recebam penas mais ligeiras, como consequência de serem mulheres.

Ainda que profissionais já tenham reportado a ocorrência deste crime perpetrado tanto por homens como por mulheres (sendo também as vítimas de ambos os sexos), as representações sociais predominantes sobre as questões de género ainda suscitam distorções cognitivas relativamente a esta possibilidade (Saradjia, 2010).

Independentemente de serem indivíduos do sexo masculino os responsáveis pela maioria das ocorrências, o abuso sexual cometido por agressoras do sexo feminino é uma realidade, e aparentemente mais frequente do que aquilo que se supõe.

As representações sociais de género existentes têm impacto nas respostas dos profissionais a este tipo de situações. Poucos profissionais têm formação neste sentido e grande parte partilha uma informal, mas estabelecida, forma de perceber o abuso sexual – agressores do sexo masculino e vítimas do sexo feminino (Denoy, 2001, citado por Saradjian, 2010). Existem evidências de que os profissionais podem não reconhecer a vitimização por agressoras do sexo feminino, e que, reconhecendo, não reportam da mesma forma que reportariam se o agressor fosse do sexo masculino, considerando a agressão menos danosa (o que não é suportado empiricamente) e culpabilizando mais a vítima (Verdon, 2008). Segundo Saradjian (2010) os dados existentes refletem mais a incapacidade dos profissionais para lidar com estes casos do que a real atribuição do crime somente a agressores do sexo masculino.

Consequentemente, devido ao estigma existente, é menos provável que uma vítima de uma agressora revele.

E da mesma forma que as representações sociais existentes afetam os julgamentos dos agressores com base no seu género, também as vítimas são encaradas socialmente e pelos diferentes órgãos do sistema de proteção de forma diferente, sendo as vítimas do sexo masculino mais desacreditadas, estigmatizadas e com menos recursos aos quais aceder.

Ao nível da estrutura, esta dissertação é constituída por seis capítulos. O primeiro consiste na conceptualização do abuso sexual de crianças e jovens, que inclui os parâmetros de relações sexuais abusivas, a caracterização das vítimas e agressores/as, os fatores de risco e proteção, indicadores de possível abuso sexual, as consequências do abuso sexual e o processo de revelação, bem como um enquadramento legal e taxas de incidência. No segundo capítulo faz-se uma conceptualização do conceito de género, segundo as abordagens evolutiva, cultural e de estrutura social. O terceiro capítulo diz respeito ao conceito de representações sociais e contempla ainda as representações sociais existentes face ao (a) género, (b) ao abuso sexual de crianças e jovens e (c) à relação entre as representações sociais de género e abuso sexual de crianças e jovens. No quarto capítulo será apresentado o método, com a descrição dos participantes, instrumentos e processos de recolha e análise de dados e no quinto capítulo serão apresentados os resultados obtidos. Finalmente, o sexto capítulo diz respeito à discussão dos resultados, limitações e sugestões para estudos futuros.

Capítulo I – Conceptualização do abuso sexual de crianças e jovens

O abuso sexual de crianças e jovens diz respeito a qualquer atividade sexual que envolva uma criança/jovem que não compreende ou não está preparada e é incapaz ou se encontra relutante em dar consentimento (Berliner, 2011; Berliner & Elliott, 2002; Esposito & Field, 2016; Finkelhor, 1979; WHO, 1999), sendo esta a avariável mais importante para alguns autores (Friedman, 1990). Isto quer dizer que a relação não é reciprocamente concebida e compreendida devido à diferença de poder entre agressor (que pode ser um adulto ou outra criança/jovem) e vítima e à diferença de conhecimento a favor do agressor derivado da sua idade ou nível de desenvolvimento superior (Watson, 1994; WHO, 1999). Estes dois fatores impedem que a vítima compreenda e, por consequência, consinta de modo informado, o ato sexual (Glaser, 1991). Assim sendo, mais do que a idade, deve ser a assimetria da relação de poder entre o agressor e a vítima a variável mais importante (Amazarray & Koller, 1998).

Kristensen (1996) afirma ainda que o conceito de abuso sexual não deve ser limitado ao ato em si, devendo considerar as restantes interações, inclusive verbais. Desta forma, o abuso sexual estende-se igualmente a atividades que impliquem ou não contacto que resultem na gratificação sexual de um adulto ou de alguém significativamente mais velho ou com mais maturidade que a vítima. O abuso sexual inclui beijos na boca, tocar ou acariciar os genitais/ânus sem ou com roupa, sexo oral, penetração, exploração sexual da criança/jovem para prostituição e pornografia infantil, voyeurismo, exibicionismo e exposição a materiais e conversas sexualmente explícitas. Os contactos sexuais abusivos podem ser realizados pelo agressor à vítima, ou pela vítima ao agressor, e ainda a uma terceira pessoa pela coerção do agressor. Estas interações são impostas às crianças/jovens através de atos de coerção, uso de força, ameaça ou indução da sua vontade, sendo que estes atos, quando com vista a algum dos atos referidos anteriormente, são também categorizados como abuso sexual (Amazarray & Koller, 1998; Azevedo & Guerra, 1989; Canadian Centre for Child Protection, 2014; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010; Esposito & Field, 2016; Goodyear-Brown, Fath & Myers, 2012; Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008; Igwe, 2012; Leeb, Paulozzi, Melanson, Simon & Arias, 2008; Ribeiro, 2009; Thomas, Eckenrode & Gabarino, 1997; Wiley, Bottoms, Stevenson & Oudekerk, 2006).

Na Tabela do Anexo A são apresentados em categorias e subcategorias os tipos de abuso sexual, numa ordem ascendente de gravidade, de acordo com uma perspetiva profissional. Apesar desta categorização, uma vítima pode experienciar uma situação de abuso categorizado como menos grave e senti-la como extremamente traumática, pelo que a perceção da vítima é fundamental. A tabela anexada inclui as situações de abuso sexual mais comuns, pelo que

algumas situações, como o cibersexo (exposição a material sexual, solicitações sexuais, diálogo sexual), *frottage* (contacto da genitália do agressor com a pele ou vestuário da vítima), indução de comportamentos sexuais nas vítimas consigo mesmas (ex. masturbação) e tentativas de abuso sexual, não estão contempladas na tabela, apesar de fazerem parte do espectro do abuso sexual (Faller, 2003).

Numa situação de abuso sexual o alvo de gratificação é somente o agressor, sendo que a gratificação da vítima, em caso de ocorrência, é “acidental” (Watson, 1994).

O abuso sexual pode ser classificado quanto ao contexto – intrafamiliar, quando praticado por familiares, ou extrafamiliar, quando praticado por alguém externo à família –, e quanto à frequência – ocasional, se diz respeito a ocorrências esporádicas e delimitadas temporalmente, episódico se ocorre somente uma vez, ou continuado quando ocorre repetida e continuamente (Ribeiro, 2009).

Segundo alguns autores (Flores & Caminha, 1994; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), o abuso sexual intrafamiliar é aquele que ocorre com mais frequência e é apontado como tendo consequências mais danosas, derivadas da relação afetiva entre o agressor e a vítima. O agressor mais comum neste tipo de abuso é o pai ou padrasto e as vítimas tendem a ser do sexo feminino e com idades compreendidas entre os cinco e os oito anos à data do início do abuso (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), sendo que também existem casos perpetrados pela mãe (DePanfilis & Salus, 1992). Nas famílias em que ocorre este tipo de abuso as relações familiares são por norma assimétricas, hierárquicas, caóticas, sem limites claros definidos e com inversões de papéis (Flores & Caminha, 1994; Kaplan & Sadock, 1990; Koller, 1999; Watson, 1994; Wright & Scalora, 1996). A maioria dos fatores de risco apresentados mais adiante são, segundo vários autores, (Flores & Caminha, 1994; De Antoni & Koller, 2004; Thomas, Eckenrode & Gabarino, 1997), sugestivos de dinâmicas de abuso intrafamiliar. É comum as crianças e jovens que sofrem de abuso sexual intrafamiliar também sofrerem de outras formas de mau trato – mau trato físico e/ou psicológico e /ou negligência.

Outros autores afirmam que é o abuso extrafamiliar que se traduz na forma de abuso mais comum (Finkelhor, 1979; Finkelhor, 1990; Williams & Burns, 1988; Kelly, 1989; Vander Mey, 1988, citados por Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom & Wells 1996). A maioria das vítimas está em idade pré-escolar (Mian, Wehrspann, Klajner-Diamond, LeBaron & Winder, 1986) e neste tipo de abuso a grande parte dos agressores continuam a ser pessoas às quais os cuidados da criança ou jovem lhes são confiados (Kaplan & Sadock, 1990), ainda que uma grande percentagem de agressores diga também respeito a adolescentes (Katz, 1990).

A abordagem explicativa do abuso sexual de crianças e jovens mais consensual atualmente na literatura é a Abordagem Sistêmica/Ecológica. Esta foca-se no abuso sexual como resultado da interação de múltiplos fatores, pelo que contempla um conjunto de variáveis individuais, interacionais e sociais/culturais, colmatando lacunas de abordagens anteriores focadas somente nas características do indivíduo agressor.

Desta forma, surgem três sistemas: o microsistema, do qual fazem parte as características individuais e relações familiares do indivíduo, o exossistema, que contém as relações com a comunidade, e o macrosistema, que diz respeito à cultura e sistema de valores dominante (Alberto, 2002).

O microsistema evidencia as relações entre os diferentes indivíduos pertencentes ao contexto familiar e as características e história pessoal do indivíduo agressor (Belsky, 1980). Embora neste sistema alguns autores mencionem a importância das vivências de abuso sexual na infância como possível preditor de agressão sexual na idade adulta, esta não é uma relação causal. É importante ter em conta outros fatores, como o isolamento, a ausência de supervisão, renúncia aos papéis conjugais e competências parentais, entre outros (Alberto, 2002; Finkelhor, 1984).

O exossistema diz respeito à interação com a comunidade, incluindo assim os serviços mais próximos e nos quais o indivíduo se movimenta (ex.: escola, igreja, local de trabalho), bem como os meios de comunicação social. A estrutura e funcionamento destes serviços revela-se importante na medida em que adotam um papel decisivo na dinâmica de violência (Fazenda, 2010).

O macrosistema é referente à cultura e ao sistema de valores dominante (Belsky, 1980) que podem favorecer ou desfavorecer as crianças e jovens. Contextos legitimadores e normalizadores de situações abusivas determinam-se desta forma como um fator de risco para a ocorrência de violência sexual contra crianças e jovens. Os meios de comunicação têm também um papel preponderante baseado no conteúdo das suas transmissões.

Com base neste modelo, Finkelhor (1984) enumera quatro pré-condições facilitadoras do abuso sexual de crianças e jovens, todas elas constituídas por fatores individuais e sociais:

1) Motivação para o abuso sexual.

a) *Congruência emocional*: por um lado, a imaturidade do indivíduo agressor permite que se identifique com a criança/jovem, ao mesmo tempo que resulta numa sensação de poder que o indivíduo não possui nas suas relações com outros adultos; por outro lado, enquanto agressor do sexo masculino, surge novamente a questão da dominância associada ao sexo masculino.

- b) *Ativação sexual*: congrega experiências traumáticas ocorridas na infância que resultam em crenças errôneas acerca da sexualidade, bem como observação de modelos que defendem a sexualização das emoções masculinas e utilizam a criança/jovem como fonte de gratificação sexual.
 - c) *Bloqueio*: resulta no receio de mulheres adultas devido a experiências traumáticas na infância, problemas nas relações amorosas e sentimentos de incompetência nas relações e na repressão da masturbação, a rejeição das relações fora da relação do casal e a não disponibilização de alternativas de gratificação sexual.
- 2) Desativação dos inibidores internos: relacionado com o consumo de álcool e abuso de substâncias, perturbações psicológicas, concepção do adulto como figura de autoridade à qual a criança/jovem tem de obedecer, crença no homem como chefe de família e pouco sensível às necessidades da criança/jovem e desta como propriedade dos pais.
 - 3) Desativação dos inibidores externos: relativos à outra figura parental tida como não protetora por ser também dominada pelo agressor, ao isolamento social e condições precárias da família, ausência de supervisão das crianças/jovens, falta de suporte social, desigualdade social entre sexos.
 - 4) 4) Dominação da resistência da criança: Numa situação de abuso a vítima pode resistir (ex.: fugindo), tentar resistir e falhar e resistir, mas ceder sob coação. Desta forma, devem considerar-se as inseguranças da vítima, as lacunas na informação que possui relativamente ao abuso sexual e a ansiedade provocada pelo tema, e a existência de submissão aos adultos.

1.1. Parâmetros de relações sexuais abusivas

De acordo com Faller (2003) nenhuma das atividades mencionadas na tabela em anexo (Anexo A) diz respeito a uma situação de abuso sexual se ambas as partes forem adultos com capacidade de consentimento. Desta forma, de modo a diferenciar situações de abuso de situação não abusivas, o autor considera três parâmetros: (a) quem é o agressor, (b) qual o limite de idade para a vítima e (c) como interpretar encontros sexuais aparentemente consensuais entre pessoas em diferentes estágios de desenvolvimento.

1.1.1. Quem é o agressor. É considerada uma situação de abuso quando os envolvidos estão em diferentes estágios de desenvolvimento, o que por norma equivale a uma diferença de idades significativa (normalmente, cinco anos), sendo o agressor o mais velho. No entanto, nem sempre o fator idade se revela desta forma, podendo as vítimas ter a mesma idade, ou o agressor ser inclusive mais novo. Para além da idade, o agressor pode estar em vantagem por ter um

maior conhecimento sobre o sexo, sendo a vítima ingênua face a este tema, ou pode ter algum tipo de poder sobre a vítima, seja este sob a forma de manipulação, ameaça ou uso de força. O ato sexual visa sempre o prazer sexual do agressor, não dizendo respeito a exploração sexual mútua e consensual.

1.1.2. Limite de idade para a vítima. A idade máxima para uma vítima de abuso sexual de crianças e jovens situa-se, por norma, entre os 16 e os 18 anos, não sendo consensual. Este limite é muitas vezes condicionado pelo género da vítima, considerando-se a idade limite para os rapazes inferior à das raparigas, ou pela diferença de idades entre o agressor e a vítima. A idade cronológica nem sempre deve ser a considerada, pois algumas vítimas podem sofrer de atrasos no desenvolvimento, o que implica que a idade cronológica e a idade mental não são compatíveis.

1.1.3. Consentimento. Assume-se que um consentimento deve ser dado de forma informada, pelo que o que torna uma relação sexual entre um adulto e uma criança abusiva é o facto de a criança não poder prestar um consentimento informado, pois não tem um real entendimento do significado das questões sexuais e porque não é realmente livre para não consentir (Finkelhor, 1979). Mesmo quando as crianças aceitam cooperar ou participam ativamente, bem como quando são estas a iniciar a situação, se considera uma situação de abuso sexual.

No caso de um adolescente, a situação varia de acordo com o limite de idade que está imposto no local da ocorrência. Sendo que este é influenciado pelo género, também o poderá ser o consentimento. A socialização sexual é diferente consoante o género, sendo tendencialmente ensinado aos rapazes que o sexo é algo bom e que o devem procurar, e às raparigas que não devem nem aceitar quando lhes é proposto. Estas diferenças podem afetar a perceção dos convites sexuais. Em situações em que um rapaz é tentado a ter relações com uma mulher mais velha, ele pode percecionar a situação como uma oportunidade de aprendizagem e de experienciar prazer, apesar de, muitas vezes, se tratar igualmente de uma situação de abuso sexual.

1.2. Caracterização das vítimas e agressores/as

1.2.1. Vítimas. Crianças e jovens de todas as idades, géneros, raças, etnias e estatutos económicos podem sofrer de abuso sexual (Friedenberg, Hansen & Flood, 2003; National Child Traumatic Stress Network, 2009).

As vítimas são maioritariamente do sexo feminino, especialmente quando são situações de abuso intrafamiliar. As vítimas do sexo masculino, contrariamente, costumam ser vítimas de

abuso extrafamiliar e de agressoras do sexo feminino (McCoy & Keen, 2014).

Relativamente à idade das vítimas, a literatura não é consensual, embora alguns autores defendam que a maior incidência é na faixa etária dos cinco aos 10 anos (Elkins, Crawford & Briggs, 2017).

Porém, a idade da vítima parece também variar consoante o género. As vítimas mais novas, com cerca de quatro anos, tendem a ser do sexo masculino, sendo que o risco diminui depois dessa idade para duplicar mais tarde, por volta dos 17 anos. As vítimas do sexo feminino, por outro lado, são maioritariamente jovens, com idades perto dos 14 anos (McCoy & Keen, 2014; Vukadin, Zgela & Mesic, 2016). No entanto, é provável que existam menos casos reportados de crianças com menos de seis anos tendo em conta que as crianças podem não possuir, com essas idades, a capacidade de revelar ou inclusive de perceber que a situação é abusiva (McCoy & Keen, 2014). Relativamente aos jovens, destaca-se um grupo alvo com características particulares. Os jovens do sexo masculino abusados sexualmente por agressoras do sexo feminino nem sempre se percebem como vítimas devido à ideia de que a situação que viveram foi uma iniciação à vida sexual da qual se deviam orgulhar – ideias erradas transmitidas culturalmente. Posto isto, estas vítimas muitas vezes não denunciam o crime, o que é depois refletido nas estatísticas realizadas.

As vítimas do sexo feminino são, comparativamente a vítimas do sexo masculino, mais propensas a ser vitimizadas várias vezes e a sofrerem experiências de abuso que envolvam penetração. Estas sofrem maioritariamente abuso intrafamiliar, principalmente se tiverem menos de 12 anos. As situações de abuso que envolvem vítimas do sexo feminino são tendencialmente mais prontamente reportadas à polícia, comparativamente a situações em que a vítima é do sexo masculino. Quando as vítimas são do sexo feminino são ainda submetidas a mais entrevistas policiais, e é mais provável que a polícia responsável seja do sexo feminino (Vukadin, Zgela & Mesic, 2016).

As vítimas do sexo masculino tendem a sofrer mais coação que as vítimas do sexo feminino e, em comparação, identificam mais vezes o seu agressor como uma figura de autoridade (Vukadin, Zgela & Mesic, 2016). Crianças e jovens do sexo masculino são menos predispostas a revelar a situação e a pedir ajuda, bem como é menos provável que se suspeite de que são vítimas e mais provável que se questione a veracidade das suas revelações. Crianças e jovens do sexo masculino são ainda mais propensos a sentir culpa e a serem percebidos negativamente após as suas revelações em comparação com vítimas do sexo feminino (Banyard, Williams & Siegal, 2004; Holmes & Slap, 1999; O’Leary & Barber, 2008). Contudo, vários estudos afirmam que vítimas masculinas reportam níveis mais elevados de stress pós-

traumático, depressão, abuso de substâncias e tentativas de suicídio. Apesar de tudo, devido às noções tradicionais de masculinidade, assume-se que os indivíduos do sexo masculino não são negativamente afetados por situações de abuso sexual. Esta ideia assenta nas normas culturais prevalentes, nos mitos, assunções e estigma sobre a vitimização dos homens no geral e abuso sexual dos mesmos (Heru, 2001; KiaKeating, Grossman, Sorsoli & Epstein, 2005; McGuffey, 2005; Teram, Stalker, Hovey, Schachter & Lasiuk, 2006, citados por Elkins, Crawford & Briggs, 2017). As vítimas do sexo masculino lidam ainda com um duplo estigma, consoante o sexo do seu agressor. No caso de o agressor ser do sexo masculino, as vítimas lidam frequentemente com ideias erradas, estereótipos e assunções face à sua orientação sexual; no caso de a agressora ser do sexo feminino, o abuso é muitas vezes considerado “benigno”, normativo ou encarado como um ritual de passagem do qual a vítima se deve vangloriar. Em qualquer um dos casos o impacto é negativo para a definição do self das vítimas, bem como para o processo de revelação (Elkins, Crawford & Briggs, 2017). Para além disto, estas vítimas experienciam questões únicas relacionadas com o medo de se tornarem ou de serem vistos como potenciais agressores ou como homossexuais, e ainda confusão sobre a sua própria identidade sexual, o que pode resultar em tentativas de reafirmar a sua masculinidade (Alaggia & Millington, 2008; Dhaliwal, Gauzas, Antonowicz & Ross, 1996). Todas estas questões deixam as vítimas do sexo masculino em conflito entre a sua identidade de “ser homem” e a experiência de ter sido uma vítima (Elkins, Crawford & Briggs, 2017).

1.2.2. Agressores/as sexuais. Na literatura não existe consenso quanto à forma de categorização dos agressores sexuais devido à heterogeneidade deste grupo (Burgess, Commons, Safarik, Looper & Ross, 2007).

Algumas das tipologias focam-se na exclusividade das vítimas, ou seja, se o agressor tem somente relações sexuais com crianças/jovens ou se mantém relações sexuais com outros adultos; no género das vítimas, no caso de o/a agressor/a ter preferência por vítimas do sexo feminino, masculino ou indiferenciada; na idade das vítimas, caso prefiram crianças mais novas ou pré-púberes (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004). Uma outra tipologia divide os agressores sexuais em agressores “fixados” e agressores “regressivos”. O primeiro grupo diz respeito a agressores que se sentem atraídos por crianças por se identificarem com as mesmas e nutrirem um desejo de estagnarem na infância. Desta forma, estes agressores são muitas vezes caracterizados como imaturos e com poucas competências sociais (Priest & Smith, 1992). A sua atração por crianças é persistente, contínua e compulsiva (Terry & Tallon, 2004), tende a iniciar-se na adolescência e é exclusiva, tendo em conta que estes agressores não demonstram interesse sexual por indivíduos adultos (Finkelhor, 1984). O segundo grupo é caracterizado por

não parecer manifestar predisposição para se envolver em contactos sexuais com crianças/jovens. No entanto, quando ocorre algum evento causador de stress (ex.: conflitos no casamento, desemprego), esta motivação surge como consequência dos eventos externos. Este tipo de agressores tende a iniciar a agressão já na idade adulta (Priest & Smith, 1992; Robertiello & Terry, 2007).

Tendo em conta a literatura existente, é importante ressaltar que grande parte das tipologias propostas foram criadas tendo por base amostras de agressores maioritariamente do sexo masculino.

Desta forma, ao separar os agressores de acordo com o género, estima-se que entre 90% a 95% dos abusos sexuais são perpetrados por homens, sendo que apenas 5% das vítimas do sexo feminino e 20% das vítimas do sexo masculino são vítimas de agressoras sexuais. Contudo, alguns autores apresentam possíveis razões para estes valores. As mulheres podem mais facilmente mascarar contactos sexuais inapropriados através de atividades como dar banho e dormir com a criança. Por norma, as agressões realizadas por mulheres são mais incestuosas e, para as crianças, é mais difícil revelar a situação de abuso quando o agressor é alguém de quem dependem física e emocionalmente. Para as vítimas do sexo masculino encontra-se ainda mais relutância devido à influência dos estereótipos de masculinidade. No geral, estamos também muito menos alerta para suspeitar de um abuso sexual cometido por uma mulher (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004).

Os agressores sexuais são maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos e têm vínculos afetivos com a vítima, sendo que a maioria das agressões são perpetuadas pelo pai/padrasto (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

Os homens tendem a iniciar os comportamentos abusivos mais cedo e a terminar mais tarde, comparativamente com as agressoras do sexo feminino (Intebi, 1998, citado por González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004). Muitos não têm antecedentes criminais e são descritos pelas pessoas que lhes são próximas como trabalhadores, cuidadores e crentes (Furniss, 1993). Não há dados que comprovem que possuem uma inteligência abaixo da média (Holmes & Holmes, 2002; Lanning, 1991, citados por Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009). No entanto, apresentam distorções cognitivas e ausência ou dificuldade em estabelecer empatia (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004).

De modo geral, as agressoras sexuais são menos propensas ao uso de força (Robertiello & Terry, 2007; González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004) e tendem a usar a violência e as ameaças com menos frequência. Por norma conhecem as vítimas e em casos de incesto existe

uma relação simbiótica com o filho. Grande parte das agressoras sexuais viveu ou vive situações de mau trato, incluindo abuso sexual. São descritas como solitárias, com problemas emocionais, e, não muito frequentemente, psicóticas (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004). Em comparação com agressores do sexo masculino, é mais provável que admitam o seu comportamento (Robertiello & Terry, 2007). É por outro lado menos provável que uma agressora deixe evidências físicas na sua vítima (Turton, 2010).

As tipologias concretas referentes às agressoras sexuais existem em menor número, mas não parecem suscitar tanta discórdia. No entanto, a literatura ainda é escassa neste sentido. No que diz respeito ao tipo de agressão cometida, as agressoras são divididas em dois grandes grupos: aquelas que recorrem às formas de abuso sexual mais comuns (agressões que envolvem contacto físico) e aquelas que participam/facilitam a exploração sexual de crianças e jovens (ex.: prostituição). Uma das tipologias presentes na literatura categoriza as agressoras em três grupos distintos: a professora/amante, a predisposta e a coagida/acompanhante de homens. A professora/amante tem preferência por jovens do sexo masculino e faz uso da sua posição de poder para aceder à vítima. As agressoras não se percebem como tal pois acreditam que a agressão cometida é um ato de carinho e que estão a “ensinar” a vítima. A agressora predisposta tem por norma como vítimas as suas próprias crianças (por norma em idade pré-escolar), ou outras crianças que estejam sob os seus cuidados. Neste grupo de agressoras há grande probabilidade de existir um historial de abuso sexual na infância e que atualmente sofram de algum tipo de perturbação psicológica, o que dificulta o estabelecimento de relações saudáveis. A agressora coagida/acompanhante apresenta as duas variações. No caso de a agressora ser coagida por um homem trata-se de um caso em que a mesma é subordinada por um homem que receia, pelo que pelo medo de possíveis consequências, comete a agressão. Quando a agressora é acompanhante é possível que o desejo de participar na agressão parta também da mesma. Nestes casos é habitual que as vítimas sejam mais uma vez as suas próprias crianças (Matthews, Mathews & Speltz, 1989; Matthews, Mathews & Speltz, 1991). De facto, a literatura sugere que as agressoras são mais propensas a ter um parceiro na agressão, comparativamente aos agressores.

As vítimas de agressoras sexuais tendem a ser crianças em idade pré-escolar e idade escolar, a maioria das vezes sob o seu cuidado. Nos casos de agressão sexual cometidos por agressoras muitas vezes os comportamentos abusivos são facilmente mascarados nas próprias tarefas de cuidar, como dar banho (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004; Lawson, 2008).

Segundo Rudin, Zalweski e Bodmer-Turner (1995) no que diz respeito às agressões cometidas por ambos os sexos, não se verificam diferenças ou as diferenças são pouco

significativas. No entanto, alguns autores consideram que o abuso sexual cometido por agressoras pode provocar mais vergonha e danos nas vítimas (Lawson, 1993; Ramsey-Klawnsnick, 1990; Saradjian, 1996, citados por Turton, 2010).

Ademais, independentemente do sexo do agressor, a esmagadora maioria dos agressores recorre a um processo denominado de *grooming* para aceder às suas vítimas. *Grooming* diz respeito ao método que o agressor utiliza, que envolve a criação de uma relação de confiança com a criança/jovem, bem como com a sua família, de modo a conseguir um acesso privilegiado e tempo a sós com a vítima. As ameaças e recorrência a força são pouco comuns, pois o agressor tende a recorrer a estratégias mais subtis de aproximação (inicialmente aparentemente não inapropriadas) e construção de relação com a vítima e os cuidadores. De tal forma que, muitas vezes, o agressor consegue aceder a um privilegiado cargo de cuidador e tornar-se “amigo” e de confiança da vítima. Muitas vezes as famílias alvo são famílias que pouco supervisionam as crianças e nas quais a predisposição do agressor para colmatar essa lacuna é bem-vinda. Através deste processo, o agressor consegue manipular as perceções dos adultos sobre si, reduzindo a possibilidade de estes acreditarem numa possível revelação, ao mesmo tempo que manipula a criança/jovem de forma a que esta não revele o abuso. Desta forma, a probabilidade de a situação abusiva ser detetada é reduzida (Canadian Centre for Child Protection, 2014; The National Center for Victims of Crime, 2012). Passo a passo, este processo implica identificar a vítima como alvo, ganhar a sua confiança e dos seus cuidadores para de seguida ganhar acesso à vítima, desempenhar um papel na vida na vítima, isolá-la, criar secretismo sobre a sua relação, iniciar o contacto sexual e manter sempre o controlo da relação (The National Center for Victims of Crime, 2012).

Alguns dos principais motivos alegados pelos agressores para iniciar contactos de cariz sexual com crianças e jovens são a (a) perceção da vítima como adulta e capaz de se envolver em condutas sexuais, (b) crenças religiosas, (c) responsabilidade pela iniciação sexual da criança/jovem (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), (d) culpabilização da vítima – crença de que a criança/jovem o/a seduziu, (e) culpabilização do/a parceiro/a – ausência de afetos/relações sexuais, (f) alegação de demonstração de amor, e (g) negação da culpa por ter sido “só uma vez” (González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004).

1.3.Fatores de risco

Fatores de risco dizem respeito a condições biológicas, psicológicas, familiares, comunitárias ou culturais associadas a uma maior probabilidade de desenvolvimento de

doenças, desordens ou envolvimento em situações de perigo (Jessor, Turbin & Costa, 1998; O'Connell, Boat & Warner, 2009; Pam, 2013).

Somente a presença de um destes fatores não é preditiva de outcomes negativos, sendo necessário que se conjuguem diversas condições para estarmos perante uma possível situação de risco.

1.3.1. Fatores da criança/jovem.

1.3.1.1. Idade. Considera-se que a partir dos três anos de idade as crianças se encontram mais vulneráveis a situações de abuso sexual (Goodyear-Brown, Fath & Myers, 2012). Na literatura parece haver um consenso no que diz respeito às idades mais vulneráveis, sendo estas entre os sete e os 12 anos (Esposito & Field, 2016; Fanslow, 2007; Finkelhor, 1994; Friedenber, Hansen & Flood, 2003; Romano & De Luca, 2001; Smallbone & Wortley, 2000). Esta variável parece estar relacionada também com o tipo de abuso, sendo que quando o abuso é intrafamiliar as vítimas são por norma mais novas (entre os sete e os 11 anos), enquanto que no caso de o abuso ser extrafamiliar se estima que tenham entre os 10 e os 12 anos. Isto pode refletir o facto de as crianças mais novas passarem mais tempo em casa e, portanto, serem mais acessíveis a agressores dentro do seio familiar, enquanto que crianças mais velhas estão mais envolvidas na comunidade (Fisher & McDonald, 1998).

1.3.1.2. Género. Ser do sexo feminino considera-se maior fator de risco que ser do sexo masculino. É também mais provável que as raparigas, em comparação com os rapazes, sejam mais propensas a desenvolver depressão e ansiedade derivadas da situação de abuso (Wiley, 2012). A variável género influencia também a identidade do agressor/a, a natureza e circunstâncias do abuso, a decisão de revelar ou não, a probabilidade de as vítimas pedirem e receberem ajuda e o tipo de ajuda que as mesmas recebem (Esposito & Field, 2016).

1.3.1.3. Orientação sexual. Jovens pertencentes a grupos minoritários com base na orientação sexual têm maior probabilidade a experienciar situações de abuso sexual, sendo esta variável mais evidente para o sexo masculino (Friedman, Marshal, Guadamuz, Wei, Wong, Saewyc & Stall, 2011).

1.3.1.4. Isolamento social. O isolamento aumenta o risco de ocorrência de situações de abuso sexual, conjuntamente com poucas e/ou fracas relações e ausência de pessoas de confiança (Conte, Wolf & Smith, 1989; Elliot, Broowne & Kilcoyne, 1995; Fleming, Mullen & Bammer, 1997).

1.3.1.5. Consumo de substâncias. O consumo de substâncias é considerado um fator de risco por poder prejudicar a capacidade de pensamento, julgamento, a destreza e a capacidade de proteção (Wiley, 2012).

1.3.1.6. Debilidade. Crianças e jovens portadoras de algum tipo de incapacidade estão mais vulneráveis a situações de abuso sexual (Brunnberg, Bostrom & Berglund, 2012; Davis & Jones, 2013). Segundo Sullivan e Knutson's (2012), crianças/jovens com problemas de comportamento, seguidas de debilidades intelectuais e de problemas na linguagem e discurso são as mais vulneráveis. Stalker e McArthur's (2012) confirmam que crianças/jovens com problemas de comunicação, distúrbios comportamentais, dificuldades de aprendizagem e deficiências sensoriais são mais suscetíveis de experimentar situações de abuso sexual. Esta é uma variável que apenas se manifesta como fator de risco na presença de outros fatores de risco (Robinson, 2012).

1.3.2. Fatores do ambiente familiar.

1.3.2.1. Exposição a outras formas de maus-tratos. Vários são os estudos que associam a coocorrência de abuso sexual com situações de negligência e maus tratos (Boney-McCoy & Finkelhor, 1995; Finkelhor & Baron, 1986; Fleming, Mullen & Bammer, 1997).

1.3.2.2. Consumo de substâncias ou alcoolismo por parte dos progenitores. O consumo de substâncias bem como o alcoolismo podem aumentar o risco de várias formas de maus-tratos, incluindo o abuso sexual (Fleming, Mullen & Bammer, 1997; MacMillan, Tanaka, Duku, Vaillancourt & Boyle, 2013; Ribeiro & Soeiro, nd; Rowland, Zabin & Emerson, 2000; Vogeltanz, Wilsnack, Harris, Wilsnack, Wonderlich & Kristjanson, 1999; Wiley, 2012).

1.3.2.3. Estrutura familiar. Crianças que vivem com um dos pais biológicos e respetivo(a) parceiro(a) têm mais probabilidade de sofrer de mau trato, incluindo abuso sexual, do que crianças que vivem com ambos os pais biológicos (Ribeiro & Soeiro, nd; Sedlack, Mettenburg, Basena, Peta, McPherson & Greene, 2010; Wiley, 2012). Outros fatores de risco associados à estrutura familiar têm a ver com a dinâmica materna, incluindo a distância materna, o baixo nível de educação escolar da mãe e uma postura punitiva relativamente à sexualidade (Wiley, 2012). A perda da figura materna é apontada também como um fator de risco (Esposito & Field, 2016). Também a falta de afeto físico paterno, pouco suporte familiar e reduzidas relações de amizade são considerados fatores de risco, categorizados como cumulativos (Wiley, 2012).

1.3.2.4. Dinâmica familiar. Dinâmicas familiares nas quais predominam problemas de violência doméstica; nas quais o estilo de educação é autoritário ou excessivamente moralista; em que os pais exigem aos filhos certos tipos de carícias que poem em risco a sua privacidade; em que os comportamentos sexuais ou a sua verbalização são punidos; nas quais o casal mantém relações sexuais inadequadas; e famílias nas quais a filha (ou filhas) assume as responsabilidades da mãe consideram-se como fatores de risco (Esposito & Field, 2016; Kellogg

& Menard, 2003; Paveza, 1988; Ribeiro & Soeiro, nd). As crianças/jovens que são deixadas sozinhas em casa sem supervisão estão também em maior risco (Finklehor, Moore, Hamby & Straus, 1997).

1.3.2.5. Caraterísticas e/ou historial dos progenitores. O facto de o pai e/ou a mãe terem sido abusados sexualmente ou sofrido outro tipo de maus-tratos ou negligência pelas suas famílias de origem pode constituir-se como um fator de risco nos casos em que o funcionamento psicossocial está comprometido e/ou que a sua capacidade parental se encontrar afetada como consequência destes eventos (Esposito & Field, 2016).

Progenitores com problemas de saúde mental podem também constituir-se como um fator de risco (Ribeiro & Soeiro, nd). Em alguns estudos estes indivíduos reportam mais sintomas psiquiátricos no *Brief Symptom Inventory (BSI) Symptom* (Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom & Wells 1996; Paradise, Rose, Sleeper & Nathanson, 1994).

Mães mais novas (Brown, Cohen, Johson & Salzinger, 1998; Butler, 2013; MacMillan, Tanaka, Duku, Vaillancourt & Boyle, 2013), com baixo nível de educação (Butler, 2013; Hussey, Chang & Kotch, 2006) e passivas/ausentes podem também tornar-se um fator de risco (Ribeiro & Soeiro, nd).

1.3.2.6. Transmissão intergeracional do abuso. Em alguns casos pode acontecer que uma criança ou jovem que tenha sofrido de abuso sexual passe a desempenhar o papel de agressor no seu exercer da parentalidade (Wiley, 2012). No entanto, não é determinante que uma vítima de abuso sexual se torne um agressor. Ademais, grande parte dos agressores sexuais não foi ele/ela mesmo/a abusado/a sexualmente na infância (Ellis, 1991; LaFree, 1982; Joel, Milner & Herce, 1994, citados por González, Martínez, Leyton & Bardi, 2004).

1.3.3. Fatores do/a agressor/a.

1.3.3.1. Dinâmicas do/a agressor/a. Ofensores identificam como fatores de risco para as crianças o facto de as percecionarem como estando isoladas e tendo baixa autoestima ou autoconfiança, problemas familiares, excesso de confiança nos outros e pouca supervisão. Também crianças mais novas e pequenas se encontram em maior risco, bem como crianças percecionadas como bonitas e/ou provocadoras (Wiley, 2012).

1.3.3.2. Comportamentos do agressor/a. Quando um adulto (a) normaliza/minimiza/distorce interações inapropriadas com crianças/jovens, (b) inicia oportunidades para estar a sós com a criança/jovem de forma frequente, (c) mantém um contacto físico excessivo (beijar, abraçar, tocar, cócegas, etc.) com a criança/jovem mesmo quando esta não está recetível, (d) faz referências/piadas sexuais frequentes à criança/jovem ou na sua presença, (e) expressa favoritismo face a determinada criança/jovem ou inclusive face a

crianças/jovens de determinada idade e género, (f) encoraja a criança/jovem a comportamentos sexualizados, (g) impede a criança/jovem de estabelecer limites pessoais, ou (h) expõe a criança/jovem a interações sexuais entre adultos, estamos perante comportamentos de risco (Canadian Centre for Child Protection, 2014).

1.3.3.3. Atividades utilizadas pelo/a agressor/a. O agressor pode recorrer a várias atividades durante o processo de *grooming*, como entrar no quarto quando a criança/jovem se está a vestir ou na casa de banho quando esta lá está, bem como pedir-lhe que entre quando está o adulto, tocar de forma “acidental” na zona genital utilizando cócegas ou jogos, dar-lhe banho de forma excessiva e participar em atividades que permitam despir a criança/jovem, dizer piadas de cariz sexual ou discutir de forma explícita conteúdos sexuais com a criança/jovem ou na sua presença e expor a criança/jovem a pornografia (Canadian Centre for Child Protection, 2014).

1.3.4. Fatores culturais.

1.3.4.1. Impacto dos media. A objetificação do corpo, a propagação de material sexual e a combinação frequente de sexo e agressão nos media contribuem para uma perceção não saudável da sexualidade. A televisão está repleta de mensagens sexualizadas e de comentários de objetificação sexual (maioria focados nas mulheres). Há um foco bastante grande na atratividade do corpo e uma tentativa de fazer com que as crianças pareçam mais velhas, seja através de vestuário ou de movimentos corporais. Reforçar os atributos físicos de uma criança pode contribuir para a suscetibilidade de objetificação durante o seu desenvolvimento. Existe uma relação entre uma ênfase precoce na aparência física com desordens alimentares, baixa autoestima e depressão. Também os media encorajam a atividade sexual entre rapazes e mulheres adultas e de raparigas com homens adultos. Os rapazes têm mais probabilidade de serem abusados sexualmente por uma mulher do que as raparigas, no entanto, muitos destes casos são retratados nas notícias transmitindo a ideia de rapazes menores e mulheres adultas numa dinâmica sexual satisfatória para ambos (Wiley, 2012).

1.3.4.2. Atitudes e crenças sociais. Constitui-se como fator de risco uma sociedade violenta e/ou na qual o abuso é considerado um problema a ser resolvido dentro do seio familiar (Amazarray & Koller, 1998; Esposito & Field, 2016). Também culturas nas quais não se discute a sexualidade podem ser meios desfavoráveis a esta problemática (Ajrouch, 2004), bem como culturas violentas e discriminatórias (Elkins, Crawford & Briggs, 2017).

1.4. Fatores de proteção

Fatores de proteção são definidos também como condições biológicas, psicológicas, familiares, comunitárias ou culturais, neste caso associadas a uma menor probabilidade de

outcomes negativos e à redução dos impactos produzidos pelos fatores de risco, aumentando assim a probabilidade de resultados positivos e diminuindo a probabilidade de consequências negativas da exposição ao risco (Jessor, Turbin & Costa, 1998; O'Connell, Boat & Warner, 2009; Pam, 2013).

1.4.1. Fatores da criança/jovem.

1.4.1.1. Características pessoais. Crianças e jovens com mais capacidade de recuperação, com uma boa percepção de saúde e que dão à própria vida sentido e coerência funcionam elas mesmas como fatores protetores (Chandy, Blum & Resnick, 1996; Eisenberg, Ackard & Resnick, 2007).

1.4.2. Fatores do ambiente familiar.

1.4.2.1. Relação familiar. Uma relação familiar positiva e securizante, na qual os pais são protetores e mais atentos funciona como um fator de proteção (Eisenberg, Ackard & Resnick, 2007; Lombo, nd).

1.4.2.2. Estrutura familiar. Funcionam como fatores protetores a vivência com ambos os biológicos progenitores, o suporte parental percebido e o nível de educação da mãe (Chandy, Blum & Resnick, 1996; Eisenberg, Ackard & Resnick, 2007).

1.4.3. Fatores do meio/culturais.

1.4.3.1. Ambiente escolar. Um ambiente escolar positivo e seguro, e o carinho e suporte do/a professor/a ou treinador/a constituem-se como fatores protetores (Chandy, Blum & Resnick, 1996; Eisenberg, Ackard & Resnick, 2007).

1.4.3.2. Atitudes e crenças sociais. Uma sociedade que encara o abuso sexual como um problema e uma questão inaceitável, sendo um problema da comunidade, será mais predisposta a intervir, pelo que se constitui num fator de proteção (Amazarray & Koller, 1998).

1.5. Indicadores de possível abuso sexual

Crianças e jovens que sofreram de abuso sexual podem manifestar variados sintomas, podendo estes ser de cariz sexual ou não, sendo que os sintomas de cariz sexual estão geralmente mais relacionados com eventos de abuso sexual. Outras vítimas, por sua vez, podem não demonstrar qualquer sintoma, sendo nomeadas de crianças/jovens assintomáticas (Faller, 2003).

1.5.1. Indicadores sexuais. Este tipo de sintomas inclui comportamentos sexuais (com brinquedos, pares ou adultos), conhecimento sobre temáticas sexuais e revelações sobre atividades sexuais. Este tipo de comportamentos é mais preocupante quanto mais novas são as crianças, pois não está previsto, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, que tenham

acesso a tais conhecimentos ou a pares que tenham sido expostos a material sexual (Canadian Center for Child Protection, 2014; Faller, 2003; National Child Traumatic Stress Network, 2009; Ribeiro & Soeiro, nd;).

1.5.1.1. Comportamentos sexuais. Os padrões de comportamentos sexuais normativos, bem como de comportamentos específicos provenientes de situações de abuso, são diferenciados por gênero e por faixa etária, entre os dois e os cinco anos, os seis e os nove anos e os 10 e 12 anos. Saber a significância dos comportamentos específicos como indicadores de abuso sexual pode ser vital nas decisões posteriores de intervenção (Faller, 2003).

1.5.1.2. Observações clínicas.

1.5.1.2.1. Masturbação excessiva. A masturbação é um comportamento normal aquando da descoberta do corpo, pois ao perceber que obtém satisfação através do toque da zona genital, irão repetir este comportamento. No entanto, este torna-se excessivo quando a criança o faz de forma compulsiva, quando inflige lesões ao fazê-lo (indicador de comportamento compulsivo), quando o faz várias vezes ao dia, quando recorre a objetos para penetração durante a masturbação e quando recorre à masturbação em momentos de tristeza e vulnerabilidade (Faller, 2003).

1.5.1.2.2. Interação sexual com pares. A interação sexual com pares como resposta a uma situação de abuso sexual pode revelar que a criança foi demasiado estimulada sexualmente e conseqüentemente se tornou promiscua, bem como em alguns casos, a interação sexual se torna compulsiva. Mais uma vez, é importante diferenciar este comportamento como indicativo de abuso sexual de um comportamento normal derivado, não só da descoberta da obtenção de prazer sexual, como da descoberta, e exploração, do corpo do outro. Estes comportamentos ditos normais incluem ver e tocar o outro, bem como tentar reproduzir situações que tenham visto. Para uma melhor distinção das situações, é importante aferir onde é que a criança obteve informação ou esteve exposta aos conteúdos, bem como quão detalhado é o conhecimento da criança (uma criança é capaz de saber que o homem está por cima da mulher, mas não é provável que saiba que ocorre penetração). É também de ter em conta que existem alguns tipos de comportamento sexual, como sexo oral ou anal, que são mais indicativos de uma situação de abuso sexual, por serem conteúdos menos acessíveis às crianças em contextos de exposição normais (Faller, 2003).

1.5.1.2.3. Agressão sexual a crianças mais novas ou vulneráveis. A explicação clínica para este sintoma diz respeito à identificação que a vítima faz com o agressor como modo de lidar com o trauma da sua vitimização. Este comportamento é mais frequentemente relacionado com situações de abuso sexual que os dois anteriormente descritos. É mais comum em rapazes

que em raparigas, e pode desaparecer por si só, ou pode tornar-se crónico. Ao ser detetado e tratado durante a infância, é evitável que a criança se torne um adolescente agressor sexual, embora por vezes este sintoma só se manifeste já na adolescência (Faller, 2003).

1.5.1.2.4. Avanços sexuais para com pessoas mais velhas. A criança que foi vítima de abuso sexual foi socializada de modo a esperar que os adultos tenham comportamentos sexuais e que estes sejam a maneira de demonstrar afeto entre adultos e crianças. Desta forma, podem convidar a pessoas de quem gostem a participar em comportamentos sexuais. Tal como a agressão sexual, este também é um forte indicador de abuso sexual, e manifesta-se mais em raparigas que rapazes, sendo mais característica em crianças mais novas ou crianças mais velhas que sofram de distúrbios emocionais (Faller, 2003).

1.5.1.2.5. Comportamentos de sedução. É mais provável que as crianças mais velhas saibam que convites sexuais explícitos são inapropriados, pois aprenderam através das admoestações que sofreram do agressor como forma de prevenção da revelação, bem como de reações a esses convites. Porém, foram socializadas sexualmente numa idade precoce, pelo que podem utilizar comportamentos mais subtis que podem ser percebidos como sedutores. É necessário não culpar as vítimas, muitas delas não têm noção de que os seus comportamentos são vistos como tal. É também importante considerar que comportamentos sexuais não podem ser utilizados para diferenciar entre raparigas com e sem historial de abuso sexual quando estas chegam à adolescência, pois comportamentos sedutores podem ser adotados por adolescentes sem historial (Faller, 2003).

1.5.1.2.6. Relacionamentos íntimos com múltiplos/as parceiros/as. Quando uma vítima de abuso sexual chega à adolescência pode envolver-se em relações de intimidade com vários parceiros, como consequência de ter aprendido quando era nova que o seu corpo é para uso dos outros. Este padrão de relacionamento que lhe foi imposto, pode tornar-se mais tarde voluntário, ou quase voluntário. Apesar de tudo, muitas destas vítimas experienciam pouco ou nenhum prazer sexual. Também em muitos casos as vítimas têm uma autoimagem negativa de si próprias como consequência das experiências abusivas, e a promiscuidade pode reforçar a sua autoimagem. No entanto, mais uma vez é importante considerar que nem todas as adolescentes promiscuas sofreram de abuso sexual (Faller, 2003).

1.5.1.2.7. Conhecimento de temáticas sexuais. O conhecimento de temáticas sexuais é preocupante quando é superior ao que deveria ser consoante o estágio de desenvolvimento da criança, pelo que é sempre necessário averiguar onde é que a criança adquiriu os conhecimentos. É possível para as crianças adquirirem alguns conhecimentos sem que tenham de os experienciar, apesar de ser mais provável que aprendam sobre atividades sexuais mais comuns,

sem detalhes. No entanto, algum tipo de conhecimento só pode ser adquirido através de participação, como sensações, cores e cheiros (Faller, 2003).

1.5.1.2.8. Revelações de uma situação de abuso sexual. Às vezes estas revelações são feitas inadvertidamente porque as crianças não têm noção de que o abuso sexual é algo errado, outras vezes, a criança ou jovem reconhece que o abuso sexual é algo inapropriado, mas foi ameaçado pelo agressor em caso de revelação. O momento de revelação pode ocorrer muito depois do momento do abuso, e pode ser despoletado por alguma crise (ex. ameaça de vitimização de uma irmã) (Faller, 2003).

1.5.2. Indicadores não sexuais. Situações de abuso sexual podem despoletar também sintomas não sexuais, que por si só não devem ser considerados conclusivos. Estes podem ser categorizados como (a) desordens de funções, (b) problemas emocionais, (c) problemas de comportamento e (d) desenvolvimento tardio/problemas na escola (Faller, 2003).

1.5.2.1. Perturbação de funções. Incluem problemas de sono, como pesadelos, dificuldade em dormir, medo do escuro, falar ou andar enquanto dorme, ir para a cama dos pais; problemas de intestino e bexiga, como enurese e encoprese; e desordens alimentares, como perda de apetite, recusar certos alimentos (por associação à situação de abuso) e deixar de comer ou comer em excesso (muitas vezes para se tornarem menos atrativas para o agressor) (Faller, 2003).

1.5.2.2. Problemas emocionais. Muitas vezes as vítimas apresentam mudanças de personalidade. As vítimas podem tornar-se depressivas, preocupadas, hiperativas ou ansiosas. A ansiedade pode manifestar-se em medos ou fobias, que podem estar relacionadas com ameaças que o agressor fez para prevenir a revelação ou com comportamentos perpetrados pelo abusador no momento do abuso (Faller, 2003; National Child Traumatic Stress Network, 2009). Podem desenvolver uma baixa autoestima, ter ataques de pânico, começar a sentir-se inseguras e desconfiadas face aos adultos ou isolarem-se (Ribeiro & Soeiro, nd).

1.5.2.3. Problemas de comportamento. Incluem agressão física contra crianças mais novas, pares ou mesmo pessoas mais velhas, bem como outras dificuldades na interação com os outros (Canadian Center for Child Protection, 2014). Podem também traduzir-se em comportamentos de fuga e tentativa de suicídio (Ribeiro & Soeiro, nd). Enquanto adolescentes, as vítimas femininas podem fugir, tornar-se suicidas ou consumir álcool ou drogas. Embora mais visível em vítimas do sexo masculino, também as do sexo feminino podem magoar animais e pegar fogos (Faller, 2003).

1.5.2.4. Desenvolvimento tardio/problemas na escola. Uma situação de abuso sexual pode interferir no desenvolvimento cognitivo, podendo revelar-se em atrasos na fala e controlo

motor. Em contexto escolar, podem associar-se as notas baixas bem como absentismo escolar ou comportamento desafiante (Faller, 2003).

1.5.3. Crianças assintomáticas

As crianças assintomáticas não manifestam sinais aparentes de trauma. O que pode acontecer é que os efeitos da situação de abuso sejam mais subtis ou que se venham a manifestar somente mais tarde. A criança também pode ter sido socializada pelo agressor, ou mesmo pela família, de modo a não revelar qualquer sinal. Também, por vezes, podem detetar-se alguns sintomas, mas interpretá-los como consequência de outra experiência, ou do próprio desenvolvimento (ex.: pesadelos) (Faller, 2003).

A aparente ausência de sintomatologia externa não deve minimizar o sofrimento emocional causado pela experiência traumática. É possível que alguns sintomas se manifestem posteriormente em situações de crise (Amazarray & Koller, 1998).

A resiliência destas crianças é vista como um processo em que, apesar da exposição à adversidade (abuso), as características da criança combinadas com uma rede familiar e social de suporte, resultam numa possível diminuição dos efeitos emocionais negativos derivados da situação abusiva (Wiley, 2012).

1.6. Consequências do abuso sexual de crianças e jovens.

Os efeitos do abuso sexual podem manifestar-se física e psicologicamente, e ambos são devastadores para a vítima (Kaplan & Sadock, 1990). De acordo com Furniss (1993) e Knutson (1995), a severidade destes efeitos varia de vítima para vítima consoante: (a) idade de início do abuso; (b) duração da situação de abuso (mais longa duração produz consequências mais negativas); (c) grau de violência usado pelo agressor (utilização de força produz consequências mais negativas); (d) diferença de idade entre vítima e agressor (quanto maior a diferença mais graves são os efeitos causados); (e) relação entre vítima e agressor (quanto mais próxima a relação, mais nefastas as consequências); (f) ausência de apoio social (agrava os danos psicológicos) e (g) o grau de segredo e de ameaça. Outros autores acrescentam ainda a influência da saúde emocional prévia, sendo que crianças/jovens com saúde emocional tendem a sofrer menos efeitos negativos; o tipo de atividade sexual, na medida em que atividades mais intrusivas resultam em consequências mais negativas; a existência de mais do que um tipo de abuso sexual; a reação dos outros, pois respostas negativas acentuam os efeitos negativos; a dissolução da família após a revelação; o envolvimento do sistema de proteção; viver numa família disfuncional; existir responsabilização da vítima pelo abuso sexual e a negação da situação de abuso pelo agressor (Wright & Scalora, 1996). A interação entre a vítima, a família

e fatores ambientais tornam as consequências deste tipo de experiência bastante heterogêneas (Friedenberg, Hansen & Flood, 2003).

1.6.1. Consequências físicas. Para além dos possíveis traumas físicos decorrentes da/s experiência/se de abuso, as vítimas podem ainda contrair doenças sexualmente transmissíveis ou deparar-se com uma gravidez (Wright & Scalora, 1996).

1.6.2. Comportamentos sexualizados. Este é um dos efeitos específicos do abuso sexual, sendo mais frequente que as vítimas deste tipo de maus-tratos se envolvam em comportamentos sexuais agressivos ou inapropriados (Wiley, 2012). Comportamentos sexuais inapropriados podem manifestar-se através de brincadeiras sexualizadas (com bonecos), a introdução de objetos na genitália ou no ânus, a masturbação excessiva e/ou em público, comportamento sedutor, conhecimento sexual inadequado à idade e pedidos de estimulação a outros adultos ou crianças (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993).

É também possível que os efeitos da agressão se traduzam, por outro lado, em preocupação relativa a atividades sexuais ou inclusive aversão à mesma (Stockdale, O’Conner, Guteck & Geer, 2002).

1.6.3. Efeitos emocionais. Muitas das vítimas reportam uma grande variedade de efeitos emocionais negativos, sendo os mais frequentes a ansiedade e a depressão (muitas vezes em comorbidade com stress pós-traumático). Estes efeitos são mais agravados consoante a severidade do abuso. Também a ideação suicida e tentativas de suicídio estão associados a este tipo de experiência (Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom & Wells 1996; Wiley, 2012).

A depressão pode manifestar-se nas crianças como incapacidade para sentir prazer, culpa patológica, retirada social, fadiga, prejuízo no funcionamento escolar e baixa autoestima (mais evidente em vítimas de abuso sexual que em vítimas de outro tipo de mau trato). A baixa autoestima é também condicionada pela severidade do abuso, e vítimas de incesto lutam mais com as questões de aceitação do eu que os outros grupos (Wiley, 2012). As vítimas percecionam-se de forma mais negativa, considerando que não são boas nem merecedoras de respeito. Deixam de confiar nos outros, mas ao mesmo tempo procuram a sua aprovação (Weber & Smith, 2011)

Sentimentos de impotência e fraqueza são também comuns. As vítimas sentem pouco controlo do seu corpo e da sua própria vida nas mais variadas áreas (Weber & Smith, 2011).

Perturbações emocionais podem ainda manifestar-se em restrições alimentares, insatisfação com o peso e tentativa de alcançar o corpo idealizado e comportamentos de “purificação” (ex.: vomitar) (Wiley, 2012).

Os efeitos emocionais do abuso tendem a ser mais profundos quando as vítimas se sentem de algum modo responsáveis pelo mesmo (Firestone, Manion, Enson & Wells, 1996).

1.6.4. Comportamentos de risco. Consumo de álcool e/ou de substâncias (Wiley, 2012), bem como comportamentos delinquentes (agressão, vandalismo, roubo, prostituição, entre outros, são muitas vezes associados a vítimas de abuso sexual (Chandy, Blum & Resnick, 1996).

1.6.5. Efeitos a longo prazo. Podem ser percebidos como uma extensão dos efeitos a curto-prazo da infância. Existe uma aparente relação causal entre abuso sexual e perturbações psiquiátricas na idade adulta. O abuso sexual é um fator de risco significativo para todas as categorias do Inventário de Sintomas de Trauma: ansiedade, depressão, raiva/irritabilidade, experiências intrusivas, evitamento de defesa, dissociação, preocupações sexuais, comportamento sexual disfuncional, self debilitado e comportamentos de redutores de tensão. Depressão, ansiedade e stress pós-traumático são os efeitos a longo prazo mais predominantemente associados com a ocorrência de abuso sexual. Outros efeitos são o uso de substâncias, ideação suicida, relações potencialmente abusivas e problemas sexuais. Estes efeitos são agravados quando o agressor recorre a formas mais intrusivas de abuso sexual e/ou a violência/ameaças. Problemas de saúde mental podem também constituir-se como consequência a longo prazo (Firestone, Manion, Enson & Wells, 1996; Wiley, 2012).

Algumas destas consequências são comuns a todas as faixas etárias, como a depressão, retraimento, a presença de pesadelos, comportamentos de regressão, outras perturbações emocionais e agressividade. Outras, por sua vez, são mais características de determinada faixa etária. A ansiedade, perturbação de stress pós-traumático e comportamentos sexualizados são os sintomas mais comuns em crianças de idade pré-escolar; perturbações do foro emocional, a agressão, problemas em contexto escolar, hiperatividade e comportamentos de regressão são mais comuns em idade escolar; enquanto que os jovens apresentam depressão, isolamento social, comportamentos suicidas e de agressão a si próprios, somatização, comportamentos ilegais e consumo de substâncias e fugas (Amazarray & Koller, 1998; Chandy, Blum & Resnick, 1996).

Também consoante o género da vítima, algumas consequências são mais propensas a manifestar-se. É mais provável que vítimas do sexo masculino apresentem comportamentos internalizados antes da adolescência e comportamentos externalizados na adolescência, enquanto que vítimas do sexo feminino apresentam na adolescência comportamentos internalizados (Ackerman, Newton, McPeherson, Jones & Dykman, 1998; Coohy, 2010).

As perturbações alimentares e o recorrente consumo de álcool são mais visíveis em vítimas do sexo feminino, enquanto que problemas em contexto escolar, comportamentos sexuais de risco, uso excessivo de álcool e uso de drogas, comportamentos delinquentes e diagnósticos psiquiátricos são maioritariamente detetáveis em vítimas do sexo masculino (Chandy, Blum & Resnick, 1996).

1.7. Processo de revelação do abuso sexual

O processo de revelação é na maioria das vezes confuso e ambíguo, e, em muitas situações, não chega a acontecer até à idade adulta (ou não acontece de todo), sendo nestes casos questionado devido ao longo tempo de espera entre a ocorrência e a revelação. O atraso e a ausência de revelação parecem estar relacionados com a relação que a vítima tem com o agressor, sendo que quão mais próxima é a relação, menos provável é a revelação, devido a questões de vinculação, à ligação traumática e à necessidade de proteger a integridade da família (Alaggia, 2004; Arata, 1998; Crisma, Bascelli, Paci & Romito, 2004; Goodman-Brown, Edelstein, Goodman, Jones & Gordon, 2003; Kogan, 2004; Sjöberg & Lindblad, 2002; Wiley, 2012). A revelação pode ser propositada, acidental, provocada ou solicitada, comportamental, desencadeada e propositadamente retida (Alaggia, 2004; Wiley, 2012).

Muitos são os fatores que influenciam a decisão de revelação e o seu próprio resultado. Papéis e dinâmicas familiares, padrões de comunicação na família, isolamento social, género, estágio de desenvolvimento, relação com o agressor, suporte esperado e real pelo cuidador não agressor, responsabilidade percebida pelo abuso e consciência das potenciais consequências negativas, contribuem para a decisão e momento (temporal) da revelação. Um agressor conhecido da vítima, múltiplas ocorrências e severidade do abuso, agressor mais velho, género da vítima, ausência de suporte do cuidador, potenciais consequências negativas e disfunções em casa reduzem a probabilidade de qualquer tipo de revelação, independentemente do momento (temporal) (Wiley, 2012). Experiências de abuso com uso de violência e/ou atos mais intrusivos são também preditores de uma revelação tardia (Jonzon & Lindblad, 2004).

Algumas das barreiras à revelação apontados pelas vítimas são a instabilidade e/ou patologia das relações familiares, o risco de ser culpada/o ou desacreditada/o pela família, a vergonha, o desejo de proteger a família de possíveis consequências negativas, o medo de ser encaminhada/o para os serviços de promoção e proteção, o receio de perder a liberdade de sair, a falta de informação ou informação errónea sobre os serviços de apoio e o receio de que estes não acreditassem, os culpassem ou contassem aos familiares, o desejo de manter o segredo, a falta de confiança nos profissionais e/ou nos adultos em geral, a sensação de quem não tem

nenhum adulto de confiança a quem contar ou experiência prévia de revelação desacreditada, o medo de alguma retaliação por parte do agressor e a manipulação por parte do agressor que faz a vítima crer que é participante no abuso ou que está a ser acarinhada pelo mesmo, bem como a ausência de reconhecimento de si mesma como vítima (Canadian Centre for Child Protection, 2014; Crisma, Bascelli, Paci & Romito, 2004; Jensen, Gulbrandsen, Mossige, Reichet & Tjersland, 2005; National Child Traumatic Stress Network, 2009). Uma outra dificuldade apontada pelas vítimas é a pouca complacência demonstrada pelos profissionais (e adultos em geral) para as ouvir a prestar apoio, bem como as respostas inapropriadas dos mesmos (Crisma, Bascelli, Paci & Romito, 2004). Esta situação agrava-se quando a vítima é do sexo masculino, pois é mais provável que encontre profissionais menos preparados (Lab, Feigenbaum & De Silva, 2000).

Culturas nas quais persistem atitudes negativas e tabus acerca da sexualidade, bem como por outro lado dão extrema importância à família podem funcionar como inibidoras da revelação. A discriminação das vítimas, seja esta referente à sua etnia, raça, orientação sexual ou estatuto social, faz com que estas sintam que não têm poder para revelar (Alaggia, 2004).

Se o agressor for conhecido da vítima ou da família da vítima, esta pode ter receio de colocar essa pessoa em “sarilhos”. Também é usual que as crianças/jovens acreditem que a situação de abuso foi culpa sua pelo que podem não revelar por medo de eles mesmos terem problemas. Quando as crianças são mais novas podem nem ter habilidades suficientes para comunicar a situação, ou podem não perceber a mesma como uma situação abusiva (National Child Traumatic Stress Network, 2009). As crianças mais novas podem também acabar por fazer uma revelação de forma acidental (Paine & Hansen, 2002).

Uma criança mais velha é mais capaz de hipotetizar cenários possíveis após a revelação, pelo que pode ser mais cautelosa neste processo. Considera-se que os rapazes são menos propensos a uma revelação (Paine & Hansen, 2002; Wiley, 2012) e que correm um risco maior de se deparar com profissionais mal preparados (Lab, Feigenbaum & De Silva, 2000). É também menos provável que os rapazes revelem devido ao risco de estigmatização, bem como ao receio de serem rotulados como homossexuais no caso de o agressor ser do sexo masculino (Faller, 1989; Gartner, 1999; Gries, Goh, e Cavanaugh, 1996; Keary & Fitzpatrick, 1994; Reinhart, 1987; Summit, 1983). No caso de a agressora ser do sexo feminino, o abuso é muitas vezes confundido com algo desejado, pelo que a vitimização é minimizada ou negada (Allaggia, 2004).

O processo de grooming afeta também a revelação, tendo em conta que o agressor normaliza os seus comportamentos e leva a vítima a crer que está numa relação típica entre adulto e criança, pelo que esta não se percebe como vítima e como tal não revela a situação

(Collings, Griffiths & Kumalo, 2005).

A reação à revelação tem um impacto significativo nos efeitos a longo prazo do abuso, sendo que reações negativas aparentam conduzir a efeitos a longo prazo mais adversos, enquanto que uma reação de suporte conduz a melhores resultados a longo prazo no que respeita à saúde mental (Wiley, 2012). Se o processo de revelação é interrompido por uma experiência negativa (como uma reação negativa por parte do adulto), o mesmo pode cessar (Canadian Centre for Child Protection, 2014).

A probabilidade de revelação aumenta se a vítima sentir que existe uma oportunidade, um propósito e uma ligação, ou seja, quando se cria um espaço e um diálogo que incentive a vítima a falar, se minimiza a perceção de consequências negativas, dando à vítima uma razão para revelar, e se proporciona um elo de ligação ao tema (ex.: um programa televisivo). Nem sempre, no quotidiano normal, as vítimas encontram momentos apropriados, pelo que dificilmente iniciam uma conversa sobre o tema. Também funciona como facilitador o facto de a criança/jovem percecionar o adulto como psicologicamente preparado para lidar com a situação, sem mostrar sinais de desespero, desgosto ou condenação (Jensen, Gulbrandsen, Mossige, Reichet & Tjersland, 2005).

1.8. Enquadramento Legal do abuso sexual de crianças e jovens em Portugal

A definição de criança surge na Convenção dos Direitos das Crianças (2004) como todo o ser humano com menos de dezoito anos (à exceção dos casos em que a lei nacional confira a maioridade mais cedo).

No sistema legislativo português o abuso sexual de menores é um crime punível por lei, contemplado no Código Penal e na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

No Código Penal é feita uma distinção entre crimes contra a liberdade sexual (artigos 163.º a 170.º 1 do Código Penal [CP], 2007) e crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171.º a 178.º 2 do CP, 2007), sendo os primeiros referentes a crimes que oprimem o consentimento para o ato sexual a indivíduos com maturidade para o consentir. Nesta categoria estão incluídos os crimes de coação sexual, violação, abuso de pessoa incapaz de resistência, abuso sexual de pessoa internada, fraude sexual, procriação sexual não consentida, lenocínio e importunação sexual.

A segunda categoria diz respeito a crimes contra a autodeterminação sexual, que são cometidos contra vítimas menores de 14, 16 ou 18 anos (dependendo do crime), sem maturidade ou capacidade de consentir o ato de forma informada, tendo em conta a sua incompreensão do ato e das consequências que do mesmo advêm. São incluídos nesta categoria o abuso sexual de

crianças, abuso sexual de menores dependentes, atos sexuais com adolescentes, recurso à prostituição de menores, lenocínio de menores, pornografia de menores e aliciamento de menores para fins sexuais.

Mais concretamente, o artigo 171º do CP (2007) afirma que é punido com pena de prisão entre um a oito anos quem praticar com um menor de 14 anos um ato sexual de relevo; entre três a 10 anos quem realizar “cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos”; até três anos quem importunar sexualmente um menor de 14 anos, atuar sobre este “por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos”, aliciar a assistir a abusos ou atividades sexuais; entre seis meses a cinco anos quem praticar algum dos atos anteriormente mencionados com uma intenção lucrativa. Qualquer tentativa é também punível.

A lei contempla ainda situações de agravamento da pena (ex.: se o/a agressor/a for familiar da vítima ou esta esteja à sua guarda, se o agressor tiver doenças sexualmente transmissíveis, se da agressão resultar gravidez, entre outras) e relativas à queixa.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP] prevê a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo e considera que uma criança se encontra numa situação de perigo quando é vítima de abuso sexual (artigo 3.º da LPCJP) e que perante um crime seja contra a liberdade ou determinação sexual, quando os pais ou representante legal são indiciados como agressor(es) não é necessário consentimento dos mesmos para a intervenção, passando esta a ter um caráter judicial (artigo 11º da LPCJR).

1.9. Taxas de incidência do abuso sexual de crianças e jovens em Portugal

O relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de 2009 permite apenas o acesso ao total de processos instaurados, sendo que referentes a abuso sexual existiam 483, mais 26 respeitantes a pornografia infantil e 12 a prostituição infantil. Fazendo o somatório do número de vítimas de todos os escalões etários, contavam-se 112 vítimas de abuso sexual do sexo masculino e 381 do sexo feminino, sendo o escalão etário dos 6-10 que comporta mais vítimas do sexo masculino, e o dos 11-14, do sexo feminino. Relativamente à pornografia infantil, um total de seis vítimas do sexo masculino e vinte do sexo feminino, e na prostituição infantil, quatro vítimas do sexo masculino e oito do sexo feminino.

Em 2010 o número de situações de perigo com processo nas CPCJ é de 1150 para casos de abuso sexual, 39 para pornografia infantil e 37 para prostituição, sendo que 521 situações de abuso sexual e 18 de prostituição dizem respeito a processos transitados. Somando o número de vítimas de todos os escalões etários relativamente aos processos de abuso sexual, 120 vítimas pertenciam ao escalão 0-5, 151 ao 6-10 e 185 ao escalão dos 11-14. No total, 101 vítimas do

sexo masculino, com maior incidência no escalão 6-8 e 355 vítimas do sexo feminino, com maior incidência no escalão 11-14.

Em 2011, devido a alterações ao nível das categorias das situações de perigo, o abuso sexual passa a incluir também a pornografia infantil e a prostituição infantil, sendo ainda acrescentado a esta categoria o aliciamento sexual, a importunação sexual e a violação ou outro ato sexual.

Entre 2011 e 2013 assiste-se a um aumento das situações de perigo com processo nas CPCJ, sendo os respetivos valores de 149, 1525 e 2898 (dos quais 1.5% - 542 casos – dizem respeito a situações diagnosticadas), diminuindo este valor para 1375 em 2014 (dos quais 1.4% - 518 casos - dizem respeito a situações diagnosticadas). Relativamente aos processos transitados, os valores entre 2011 e 2014 rondam os 700 processos, à exceção de 2013 em que transitaram 1526 processos. A situação é semelhante com os processos instaurados, rondando os 600, à exceção novamente de 2013, com 1132 processos. Em 2014, das 549 sinalizações, 122 (1.3%) casos foram diagnosticados. No que diz respeito aos processos reabertos, em 2011 e 2012 os valores rondam os 100, e em 2013 e 2014 torna-se possível fazer uma distinção entre as situações sinalizadas, 240 e 145 respetivamente, das situações diagnosticadas, sendo estas 33 e 48 respetivamente. Em 2013 é ainda possível verificar que existiam 147 situações de perigo diagnosticadas, o que corresponde a 13% das sinalizações.

Em 2015 iniciaram-se 759 processos, valor correspondente a 571 novos processos, sendo 117 relativos a situações diagnosticadas (20.5 % das sinalizações) e a 188 processos reabertos (número superior ao ano anterior), dos quais 49 dizem respeito a situações diagnosticadas. Neste ano existiam 490 situações diagnosticadas, o que corresponde a 34.3% das sinalizações.

O relatório de 2016 apenas permite verificar que relativamente a processos iniciados nesse ano, 658 situações foram sinalizadas e 381 (1.1%) foram diagnosticadas.

No relatório de 2017 as categorias voltam a ser reformuladas e a prostituição infantil deixa de pertencer à categoria de abuso sexual e passa a pertencer à categoria de exploração infantil. Relativamente ao abuso sexual, 661 situações foram sinalizadas, das quais 135 foram diagnosticadas (0.9%). Como em anos anteriores, a maioria das vítimas era do sexo feminino (80%). O escalão etário com mais incidência foi o dos 11-14, com 46 diagnósticos (34.1%), seguido do escalão dos 0-5 com 24 diagnósticos (17.8%).

Ao consultar os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) (Sistema de Segurança Interna, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017) da última década, podemos identificar bastantes aspetos em comum em todos eles, ou seja, que desde 2008 não têm sofrido alterações significativas. Primeiramente, de todas as categorias contempladas em crimes

sexuais, o abuso sexual de crianças é sempre a que perfaz a maior percentagem de casos. As vítimas são esmagadoramente do sexo feminino e os agressores do sexo masculino (sempre mais de 90%). O maior número de casos conta com vítimas menores de 16 anos, mais concretamente na faixa etária dos 8-13 (apesar de alguns relatórios considerarem a idade limite das vítimas 18 anos e outros 13 anos, o que não permite uma comparação percentual), e os agressores sexuais são abrangidos por um maior número de escalões etários, embora se possa afirmar que a maioria se encontra entre os 21 e os 50 anos (não sendo aplicados também os mesmos escalões etários em todos os relatórios). O tipo de relacionamento entre a vítima e o agressor identificado na maioria dos casos diz respeito a relações familiares.

Em 2008 foram feitas 52 detenções por crimes de abuso sexual de menores, existindo nesse mesmo ano um total de 1111 vítimas. Nos seguintes relatórios não consta o número de vítimas, mas consta que em 2012 foram feitas 83 detenções, em 2013 foram realizadas 70 (67 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) e até 2016 os valores mantêm-se na casa das centenas, contando com 154 (146 do sexo masculino e 8 do sexo feminino) em 2014, 137 (133 do sexo masculino e 4 do sexo feminino) em 2015 e 122 (117 do sexo masculino e 5 do sexo feminino) em 2016. Relativamente a 2009, 2010 e 2011, não são apresentados valores para o número de detenções, mas pode considerar-se o número de participações realizadas por abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes, sendo estes, respetivamente, 688, 777 e 783. O relatório mais recente, de 2017, indica 102 (98 do sexo masculino e três do sexo feminino) detidos por abuso sexual de crianças, tendo sido esta a tipologia dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual com maior número de casos (e a pornografia de menores em terceiro lugar). Relativamente ao abuso de crianças, adolescentes e menores dependentes, 96.1% dos arguidos era do sexo masculino e 80.5% das vítimas do sexo feminino, à semelhança de anos anteriores. Relativamente à faixa etária, a maior percentagem dos arguidos (23%) tinha entre 31-40 anos e 68.5% das vítimas tinham entre 8-13 anos. Relativamente à relação entre a vítima e o agressor, em 44.5% dos casos a relação era familiar e em 23.2% a vítima e o agressor eram conhecidos.

É importante salientar que os valores apresentados não correspondem à totalidade de participações ou detenções referentes ao abuso sexual de crianças, por serem contemplados em categorias à parte nos relatórios, apesar de fazerem parte do conceito de abuso sexual de menores, os crimes de pornografia infantil, atos sexuais com adolescentes, atos sexuais com menores dependentes, prostituição de menores, lenocínio de menores, aliciamento de menores para fins sexuais e coação sexual de menores.

Capítulo II – Psicologia social do género

Alguns autores de teorias evolucionistas veem o homem e a mulher como fundamentalmente diferentes, tanto física como psicologicamente, tanto nas suas competências, modo de pensar e personalidade. Nesta perspetiva, os estereótipos de género refletem diferenças estáveis e inerentes que se desenvolveram como adaptações que servem para aumentar as probabilidades da sobrevivência humana. Por outro lado, a maioria dos autores de teorias culturais ou sociais, veem o género como uma construção social, um produto de ideias culturais sobre masculinidade e feminilidade (Rudman, e Glick, 2010).

O género, sem dúvida, assenta em categorias biológicas, mas os construcionistas sociais tendem a acreditar que as diferenças biológicas afetam somente um número limitado de traços físicos e que as diferenças psicológicas entre os sexos são culturalmente criadas. Desta forma, as diferenças entre homens e mulheres dizem mais respeito à cultura que à natureza. Estas diferenças, no entanto, tornam-se reais porque as forças sociais compelem os homens e as mulheres a atuar consoante o seu género (Rudman, e Glick, 2010).

2.1. Abordagem evolutiva

Os teóricos evolucionistas sugerem que os homens e as mulheres são fundamentalmente diferentes devido às evoluções biológicas e que os estereótipos de género existentes (ex.: os homens são mais agressivos e as mulheres mais cuidadoras) refletem diferenças de género, psicológicas e físicas, inerentes (Eagly & Wood, 1999; Rudman & Glick, 2010). O argumento explicativo das diferenças de género baseia-se no processo de seleção sexual, que justifica que sobreviver sozinho não é possível, pelo que é necessário recorrer à reprodução sexual, que por sua vez implica atrair parceiros. Desta forma, possuir os traços considerados atrativos pelos parceiros aumenta a hipótese de reprodução, mantendo geneticamente esses traços ao longo de gerações (Darwin, 1871). Como resultado, homens e mulheres começaram a procurar, teoricamente, diferentes traços num parceiro. Também homens e mulheres enfrentaram, supostamente, diferentes obstáculos colocados pelo ambiente, pelo que cada sexo desenvolveu diferentes características durante a sua adaptação e superação destes obstáculos (Eagly & Wood, 1999). De acordo com esta teoria, as mulheres procuram homens bem constituídos fisicamente e capazes de providenciar recursos, o que coloca os homens sobre pressão e aumenta a competição entre os mesmos na busca pelo domínio. Paradoxalmente, segundo esta visão, as mulheres procuram nos homens traços que resultam na seleção de genes que contribuem para a dominância do sexo masculino, o que por outro lado resulta na subordinação das mulheres

(Sidanus & Pratto, 1999, Smuts, 1995, citados por Rudman & Glick, 2010). Derivado desta procura, os homens desenvolveriam assim uma maior disposição para a violência e a competição, enquanto que as mulheres um instinto cuidador (Eagly & Wood, 1999).

No entanto, teóricos evolucionistas contemporâneos incorporaram nesta abordagem especificidades da espécie humana, nomeadamente a flexibilidade cognitiva e abertura à influência dos outros. Como resultado, muito pouco do comportamento humano é geneticamente e biologicamente programado (Rudman & Glick, 2010).

2.2. Abordagem cultural

As teorias culturais mais proeminentes e pesquisa em psicologia do género dão ênfase à socialização do género, o processo pelo qual raparigas e rapazes aprendem sobre as identidades femininas e masculinas. Desde a infância, a maneira como as pessoas são tratadas depende do seu género. Porém, a socialização não é um processo passivo. As crianças aprendem quais são as expectativas de género e começam também de forma ativa a representar esse género, tentando viver de acordo com os ideais e estereótipos pré-existentes na sociedade. Assim, os teóricos culturais são construcionistas sociais, pois assumem que as crenças culturais criam a maioria, se não a totalidade, das diferenças de género observáveis no comportamento na medida em que as pessoas agem de acordo com os scripts culturais associados ao seu género (Rudman & Glick, 2010).

A teoria da aprendizagem social representa uma das explicações para a diferença de género. Esta teoria foca-se na aprendizagem por comportamento observável, ou seja, a aquisição de comportamentos através da visualização do comportamento dos outros. Neste sentido, as crianças aprendem o que significa ser rapaz ou rapariga através da observação, e estas são mais propensas a imitar o comportamento de alguém do mesmo sexo face a alguém do sexo oposto.

Os teóricos culturais enfatizam também a comunicação de ideias partilhadas na sociedade, nomeadamente sobre como é que as pessoas de cada género devem comportar-se. Os “esquemas de género” são estruturas de conhecimento coerentes que decorrem destas ideias partilhadas, e guiam as perceções dos indivíduos deles mesmos e dos outros bem como dos comportamentos e preferências e por norma tornam-se nas lentes através das quais os indivíduos olham para o mundo social (Rudman & Glick, 2010).

2.3. Abordagem de estrutura social

Esta terceira abordagem conecta aspetos de ambas as teorias descritas anteriormente (Eagly & Wood, 1999).

Enquanto que os teóricos evolucionistas defendem que existe uma consistência intercultural no que diz respeito às diferenças de género que não é compatível com a teoria cultural, esta defende que existem diferenças, sendo que em sociedades mais igualitárias neste sentido, as diferenças de género na escolha de parceiros são mais reduzidas. A abordagem de estrutura social, por outro lado, defende que o género é uma construção social, mas considera que seja resultado de como a sociedade está organizada, na medida em que a posição social de um grupo na sociedade bem como a estrutura das relações intergrupais determina as perceções e os comportamentos a assumir para com os membros dos diferentes grupos.

A teoria dos papéis sociais sugere que a diferenciação entre papéis resulta em expectativas estereotipadas relativamente a cada género, exigindo a cada indivíduo que exiba determinados traços e comportamentos. Segundo esta perspectiva, as representações sociais existentes, bem como as diferenças de género observadas, resultam da combinação da divisão de tarefas resultante do género e na hierarquia baseada no género, na qual o homem possui mais poder. Desta forma, as ideias concebidas sobre as mulheres e os homens não surgiram ao acaso, mas sim como resultados dos seus papéis na sociedade, o que quer dizer que as representações sociais hoje existentes poderiam ser diferentes se os homens e as mulheres compartilhassem os mesmos papéis (Eagly & Wood, 1999; Rudman & Glick, 2010).

As diferenças de status atribuídas não só reforçam as expectativas estereotipadas de género como contribuem para criar uma realidade correspondente, na medida em que os indivíduos são socializados de forma a comportarem-se consoante os papéis associados ao seu grupo de pertença e, quando isto acontece (quando uma mulher é mãe, por exemplo), aumenta a probabilidade dos indivíduos exibirem traços e comportamentos associados (depois de ser mãe, é esperado que a mulher assuma o papel de principal cuidadora) (Rudman & Glick, 2010). Indivíduos de ambos os sexos acabam por adquirir as características necessárias ao sucesso da interpretação do seu papel na sociedade, adaptando-se assim ao que os papéis sociais requerem (Eagly & Wood, 1999).

Esta teoria explica ainda a questão da consistência versus variabilidade entre culturas, afirmando que se os papéis sociais determinam o conteúdo dos estereótipos, as diferenças na distribuição de homens e mulheres pelos papéis sociais podem reforçar ou diminuir os estereótipos de género (Diekmann & Eagly, 2000).

Capítulo III – Representações sociais

O conceito de representação social acaba por surgir através de modificações feitas por Moscovici ao conceito de representação coletiva de Durkheim. A representação coletiva dizia respeito a formas de pensar características, derivadas de formas de organização social também características de uma sociedade. Estas são impostas aos indivíduos, mesmo que de forma inconsciente, e justificam as regularidades a longo prazo encontradas em cada sociedade (Vala & Castro, 2013).

A primeira modificação realizada por Moscovici, dando origem ao conceito de representação social, foi a assunção de que os modelos utilizados para explicar a permanência têm também de explicar a mudança, bem como identificar os processos que as interligam. A sua segunda alteração diz respeito ao facto de este novo conceito se interessar pelo estudo das “representações em construção” – novas representações que ainda não tiveram tempo de assentar (Vala & Castro, 2013).

Assim, segundo Moscovici (1981) podem então definir-se representações sociais como “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual”, ou como “um conjunto organizado de cognições relativas a um objeto, partilhadas pelos membros de uma população homogénea em relação ao mesmo objeto”, segundo Flament (2003, citado por Vala & Castro, 2013). Uma outra definição, proposta por Jodelet (1989, citado por Vala & Castro, 2013), define representações sociais como “uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um dado conjunto social”, o que remete para a ideia de que o senso comum é modificado pelo aparecimento de novas representações, que passam a circular e que vão reformulando uma construção já existente de certos objetos sociais. Resumidamente, as representações sociais dizem respeito ao processo de “dar sentido” a algo através de cognições comuns, o que resulta na criação de laços entre grupos (Hoijer, 2011).

As representações sociais resultam das tentativas do Homem para criar sentido, utilizado posteriormente para os indivíduos comunicarem e coordenarem ações afim de viverem em comunidade (Wagner, 1998, citado por Vala & Castro, 2013).

O seu objetivo é perceber como se altera o senso comum através da ciência e dos restantes sistemas sociais e analisar como é que este processo ocorre através da comunicação, que coloca na sociedade nova informação em circulação e ao mesmo tempo a vai alterando (Vala & Castro, 2013).

Alguns autores sugerem algumas formas de modificação das representações sociais: (1) em função de inovações tecnológicas, (2) através de novidades provenientes da esfera pública, (3) decorrentes do debate, contacto e convivência entre diferentes grupos nas sociedades multiculturais, (4) pela pressão de mudanças estruturais no ambiente, e (5) estimuladas por inovações legislativas e políticas públicas.

Também os indivíduos podem contribuir para a sua formação, através de interação com a estrutura social (Moscovici, 2000).

Relativamente à sua elaboração, assiste-se ao processo de objetivação, que permite tornar real um esquema conceptual, e ao processo de ancoragem, que implica uma classificação em categorias, determinadas pelo grupo, bem como os seus conteúdos. A maneira como um indivíduo se posiciona face a determinadas categorias sociais depende de como se categoriza e localiza na estrutura social (Vala & Castro, 2013).

As representações sociais registam os indivíduos numa determinada cultura e facultam-lhe os primeiros filtros através dos quais vão olhar para a realidade. Para serem entendidas, é mandatário que se considere o contexto relacional em que se manifestam (Vala & Castro, 2013). Estas, para além de emergirem de interações, são também organizadoras das mesmas (Castro & Batel, 2008, citado por Vala & Castro, 2013), construindo uma realidade social de determinada forma, permitindo a origem de determinadas representações, mas não de outras (Voelklein & Howarth, 2005, citado por Vala & Castro, 2013).

Moscovici (1998) propõe três tipos de representações sociais: (1) hegemónicas, as mais uniformes, prevalentes e objetivadas na sociedade, percebidas como um espelho da realidade, (2) emancipadas, criadas por subgrupos através de interação cooperativa, mais plásticas que as anteriores, e (3) polémicas, resultantes de um conflito entre visões opostas.

3.1. Representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens

A temática do abuso sexual de crianças e jovens está envolta numa variedade de mitos.

Primeiramente, é comum acreditar que o abuso sexual é uma experiência rara (Fávero, 2003), apesar da literatura indicar que cerca de uma em quatro raparigas e um em cada seis rapazes sofre de abuso sexual antes da maioridade. É ainda habitual considerar abuso sexual apenas quando há violência e penetração da vítima (deixando evidências físicas), apesar das definições mais abrangentes apresentadas anteriormente (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008).

Relativamente às vítimas, o habitual é acreditar que estas são sempre do sexo feminino, ainda que apesar de uma menor prevalência, também existem vítimas do sexo masculino

(Fávero, 2003). Outro pensamento habitual é de que as vítimas temem o agressor, o que nem sempre é verdade, e que no caso de ser um dos pais o agressor, que a criança/jovem deixa de nutrir afeto pelo mesmo, o que também não se verifica (Schackel, 2008).

É ainda comum, e errado, pensar que todas as vítimas apresentam a mesma sintomatologia e que nunca vão recuperar de tal trauma, tendo em conta que crianças e jovens com apoio efetivo podem, e de facto recuperam, deste tipo de experiência. Ainda no que diz respeito à sintomatologia, é esperado que todas as vítimas apresentem sinais do abuso, quer se revelem em traumas físicos ou manifestações de comportamento (e que dessa forma os pais saberiam se uma situação de abuso tivesse ocorrido). No entanto, as vítimas manifestam diferentes consequências das suas vivências, ou podem inclusive não manifestar qualquer sinal indicativo. Apesar disto, ainda é habitual crer que todas elas manifestam comportamentos sexuais bizarros (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008).

Também existe a ideia incorreta de que não se deve falar sobre esta temática com as crianças em idade pré-escolar. No entanto, os programas realizados neste âmbito ajudam-nas a desenvolver capacidades que as mantêm em segurança (Esposito & Field, 2016; National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008). É ainda errado acreditar que não se deve falar de abuso sexual com vítimas do mesmo, pois não há evidências que mostrem que isto é nocivo para as vítimas, pelo contrário (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008).

Existem também ainda muitos casos em que se acredita que a revelação de uma criança/jovem não passa de uma fantasia infantil (ideia decorrente da teoria psicanalítica de Freud) ou que diz respeito a uma falsa alegação. Estes pensamentos são comuns em situações de conflito parental (como os divórcios), mas na realidade as falsas alegações são um fenómeno raro pois as crianças raramente mentem sobre este tipo de experiência (Berliner & Barbieri, 1984; Eldrige, 1993; MacFarlane & Waterman, 1986; Faller, 1988; citados por Fávero, 2003). É ainda importante lembrar que crianças mais novas não devem ter conhecimentos sobre estas temáticas, pelo que não é provável que construam uma história com este teor. Nestes casos, este fator deve ser considerado um indício preocupante e não categorizado como uma fantasia infantil.

No que diz respeito aos agressores, a ideia partilhada é que são sempre do sexo masculino. Ainda nos casos em que é aceite o abuso cometido por mulheres, este é considerado como menos grave. Acredita-se também que a maioria das ocorrências são perpetradas por estranhos e que os agressores possuem doenças psiquiátricas graves, sendo que na verdade é mais provável que o agressor seja conhecido e de confiança e a literatura confirma que a maioria

dos agressores não possui doenças mentais. Também é vulgar crer que apenas os adultos cometem abuso sexual, porém, uma percentagem significativa de ocorrências são perpetradas por jovens com menos de 18 anos (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008).

Relativamente ao processo de revelação, é recorrente pensar que as crianças e jovens fazem uma denúncia imediatamente após a ocorrência e que todos os adultos vão agir e reportar a situação, bem como que as crianças e jovens revelam mais facilmente se diretamente questionadas pelos pais ou figuras de autoridade. Contrariamente a estas ideias, a revelação ocorre na maioria dos casos mais tarde, após a maioridade, e nem sempre as vítimas se conseguem perceber como tal. O processo de revelação pode ocorrer de forma gradual, através de pequenos sinais, que servem também para testar a reação do adulto a quem a criança/jovem tenciona revelar. Se a vítima achar que o adulto vai ser capaz de lidar com a situação, pode manifestar sinais mais evidentes (Almeida, 2003; Canadian Centre for Child Protection, 2014; Fávero, 2003; Finkelhor, 1994; Schackel, 2008).

Quanto aos profissionais, os psicólogos e assistentes sociais tendem a estar mais bem informados. Porém, alguns profissionais da saúde acreditam que o abuso sexual envolve força e relações sexuais e que os pais responsáveis pelos crimes possuem algum tipo de doença mental. Por outro lado, os profissionais da área do Direito acreditam igualmente que o abuso sexual envolve força e relações sexuais e que os exames físicos revelam sempre indicadores da ocorrência. Tendem a ser mais céticos e pensam que o processo de revelação é praticamente imediato. Os polícias tendem a dar menos credibilidade aos relatos e a perceberem o agressor como um indivíduo que se destaca dos demais, proveniente de meios desviantes (Schackel, 2008).

De modo geral, os indivíduos do sexo masculino creem mais na generalidade dos mitos acima mencionados (Schackel).

3.2. Representações sociais de género

Segundo Rudman e Glick (2010), os estereótipos são estruturas de conhecimento que associam membros de uma categoria social com atributos específicos. Os estereótipos de género são altamente consensuais, ou seja, as pessoas concordam com os seus conteúdos gerais, o que os leva a conseguir altos níveis de credibilidade. Estes estereótipos incluem uma variedade de atributos comumente associados ao homem *versus* mulher, incluindo características físicas (ex.: homens mais fortes, mulheres mais delicadas), preferências e interesses (ex.: homens gostam de desporto e mulheres de compras), papéis sociais (ex.: homens como fontes de recursos e

mulheres como cuidadoras) e ocupações (ex.: homens como engenheiros e mulheres como professoras). Os estereótipos de género relacionam aos homens atributos relacionados com poder e ambição, enquanto que as mulheres são associadas aos cuidados e à empatia. Desta forma, os *scripts* tradicionais enfatizam a dominância do papel sexual do homem face à mulher (Rudman & Glick, 2010).

É esperado que os homens iniciem a atividade sexual e que as mulheres resistam, sendo esperado que as mesmas assumam um papel passivo no que diz respeito à vida sexual (Rudman & Glick, 2010). Isto acontece devido à sua socialização, tendo em conta que é/foi durante muito tempo ensinado às mulheres que o sexo é/era algo que elas devem prestar aos homens (Wertheimer, 2003). Relativamente aos homens, existe uma pressão social que os encoraja a exibir a sua masculinidade através de comportamentos de risco, entre os quais a violência e a promiscuidade sexual (Barker, 2005).

Desta forma, os estereótipos tradicionais de género (em conjunto com definições inconsistentes de abuso sexual e amostras metodológicas pouco representativas desta população) contribuem para perpetuar o mito de que os homens raramente são vitimizados (Stemple & Meyer, 2014). A expectativa social baseia-se na ideia de que os homens devem ser fortes, poderosos, sem vulnerabilidades e capazes de se protegerem (Javaid, 2015; Weiss, 2010).

Os homens são mais recorrentemente caracterizados como agressores e as mulheres como vítimas, no geral e especificamente em casos de abuso sexual. Ainda que nem todos os homens associem o sexo a dominância, aqueles que se manifestam como agressores fazem esta associação, encontrando no sexo uma maneira de ter poder. Por outro lado, os homens com historial de abuso sexual associam hostilidade às mulheres e são mais agressivos relativamente a estas. O facto de alguns homens se esforçarem por dominarem sexualmente as mulheres tem implicações nas atitudes das mesmas face aos homens e ao sexo. As mulheres que associam os homens a conceitos ameaçadores (ex.: violência) tendem a preferir mulheres em detrimento do mesmo e o estilo agressivo de alguns homens ao exercer poder sobre as mulheres pode corroborar esta ideia, reforçando a perceção dos homens como insensíveis ou vitimizadores (Rudman & Glick, 2010).

As mulheres percecionadas como interessadas em sexo são rotuladas de “prostitutas” e são mais propensas a ser vitimizadas sexualmente (Aubrey, 2004). Mesmo quando se trata de uma vítima, é menos provável que o público simpatize com a mesma ao acreditar que ela agiu de forma inapropriada. Ainda que as mulheres sejam incentivadas a serem atrativas não têm a mesma permissão social que os homens para serem sexualmente ativas (Rudman & Glick, 2010).

Muitos são os meios pelos quais se propagam os estereótipos existentes: *media*, figuras de autoridade, pares. Estas entidades transmitem crenças sociais que afetam a socialização das crianças e ree reforçam constantemente mensagens sobre as diferenças de género, contribuindo para a propagação dos estereótipos. Devido ao facto de as pessoas acabarem por adotar os traços associados ao seu género, a socialização de género acaba por produzir diferenças de género nos comportamentos, o que por sua vez também ajuda a perpetuar os estereótipos, na medida em que os confirmam (Rudman & Glick, 2010).

3.3. Relação entre as representações sociais de género e do abuso sexual de crianças e jovens

Na sua maioria, as representações sociais de género influenciam negativamente as representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens, principalmente nos seus grupos alegadamente minoritários: vítimas do sexo masculino e agressoras do sexo feminino.

Relativamente às vítimas do sexo masculino, as crenças relativas à masculinidade assentes nas premissas de que aos homens não lhes são permitidas fraquezas nem pedidos de auxílio, faz com as vítimas deste tipo de abuso rejeitem a revelação e se sintam envergonhadas e com medo de estarem psicologicamente doentes ou de serem desacreditadas (Junior, 2005, citado por Parizotto & Baran, 2015). Embora estudos demonstrem que o trauma experienciado por vítimas do sexo feminino e masculino é semelhante, as expectativas sociais existentes face ao género fazem com que ambos processem e respondam à vivência de forma distinta. Estas expectativas têm impacto no trauma inicial bem como no processo de revelação e, principalmente por parte dos profissionais, podem influenciar o leque de emoções que as vítimas do sexo masculino sentem que podem expressar internamente e publicamente (Fallot & Bebout, 2012). Estas vítimas, e maioritariamente os jovens abusados sexualmente por agressoras do sexo feminino, tendem a não reportar as ocorrências, seja por não se percecionarem como vítima seja pelo medo da resposta social, o que contribui para a manutenção da crença de que os crimes sexuais são exclusivos de agressores do sexo masculino (Geddes, Tyson & McGreal, 2012).

No que diz respeito às agressoras do sexo feminino, existe uma negação do ponto de vista social face à ideia da mulher como agressora e uma minimização do seu comportamento devido às imagens sociais de maternidade e feminilidade, que acabam na maioria das vezes por mascarar os comportamentos abusivos (Geddes, Tyson & McGreal, 2012; Turton, 2010).

Inclusive no sistema judicial, a mulher é vista como estando em perigo e não como perigosa devido a estas ideias pré-concebidas, o que dificulta a conceção de mulher como agressora (Turton, 2010). Os agressores do sexo masculino tendem a cumprir sentenças mais

severas, o que implica que as agressões cometidas por agressoras do sexo feminino são vistas como menos sérias e menos danosas para as vítimas (Geddes, Tyson & McGreal, 2012).

Inevitavelmente, estas construções sociais também afetam negativamente os homens, na medida em que se acredita serem sempre estes os responsáveis pelas agressões.

As questões de género estão tão intrínsecas ao abuso sexual de crianças e jovens no que diz respeito a quem são os agressores e as vítimas que é possível que os profissionais cometam erros na identificação destas situações ou que minimizem os casos perpetrados por agressoras do sexo feminino (Turton, 2010).

O facto de poucos profissionais terem pouca formação e pouco contacto com estes casos contribui também para a perpetuação destes mitos.

Capítulo IV – Método

Tendo em conta a pouca literatura existente sobre agressoras do sexo feminino e vítimas do sexo masculino, acrescida à necessidade de perceber como futuros/atuais profissionais avaliam as situações de abuso sexual tendo em conta o género dos envolvidos, considerámos importante analisar as representações sociais de género e do abuso sexual de crianças e jovens nesta população, principalmente de modo a perceber como minimizar as consequências negativas que podem advir desta relação.

Desta forma, face aos objetivos, a metodologia escolhida foi quantitativa, e o tipo de estudo experimental. Procedeu-se à manipulação dos diferentes cenários (variável independente) e realizou-se uma distribuição aleatória dos mesmos pelos participantes. Desta forma, foi possível aceder às representações sociais da amostra e inferir relações de causalidade dos seus resultados.

Foram quatro os cenários escolhidos, nos quais se alterou a idade da vítima e o sexo da vítima e do agressor. Escolhemos não contemplar cenários com díades de vítimas e agressores do mesmo sexo. Com efeito, apesar de ser importante investigar as representações sobre estes cenários, estas remetem para representações sociais distintas, bem como o dobro a amostra recolhida. Constituindo-se uma limitação assumida deste trabalho, remete-se esta questão para a discussão e futuras direções.

4.1. Objetivos e hipóteses

O presente estudo pretende analisar as representações sociais sobre o abuso sexual de crianças e jovens e a sua relação com as representações sociais de género.

Como objetivos específicos estabeleceram-se:

- a) Avaliar as representações do abuso sexual de crianças e jovens;
- b) Perceber se existem diferenças na perceção do abuso sexual com base no sexo do/a perpetrador/a;
- c) Identificar se existem diferenças na perceção do abuso sexual com base no sexo e na idade da vítima;
- d) Avaliar as atitudes (assimétricas ou igualitárias) face dos papéis de género;
- e) Explorar a relação entre as atitudes face aos papéis de género e as diferenças na legitimação de abuso sexual de crianças e jovens com base no sexo do/a agressor/a;
- f) Explorar a relação entre as atitudes face aos papéis de género e as diferenças na legitimação de abuso sexual de crianças e jovens com base no sexo da vítima;

- g) Explorar o papel do sexo do/a participante nas representações do abuso sexual de crianças e jovens por agressores/as do sexo feminino e masculino;
- h) Analisar o papel da área de formação do/a nas representações do abuso sexual de crianças e jovens por agressores/as;

Desta forma, e com base na revisão de literatura realizada, apresentam-se as seguintes hipóteses:

- a) Existe maior grau de legitimação do abuso sexual de crianças e jovens quando a agressora é do sexo feminino e a vítima do sexo masculino.
- b) Existe maior grau de legitimação do abuso sexual de crianças e jovens quando a vítima é um jovem do sexo masculino.
- c) Existe menor grau de legitimação do abuso sexual de crianças e jovens quando a vítima é uma criança do sexo feminino.
- d) Indivíduos com atitudes assimétricas relativamente aos papéis de género apresentam maior grau de legitimação de abuso sexual de crianças e jovens.
- e) Os indivíduos do sexo masculino apresentam maior legitimação comparativamente ao sexo feminino.
- f) Os indivíduos do sexo masculino apresentam mais atitudes de legitimação comparativamente ao sexo feminino quando a agressora é do sexo feminino.
- g) Os estudantes/profissionais da área da ação social possuem crenças menos legitimadoras comparativamente aos estudantes/profissionais das restantes áreas.
- h) Os estudantes/profissionais com contacto profissional e/ou pessoal com crianças e jovens vítimas de abuso sexual possuem crenças menos legitimadoras.

4.2. Participantes

Para poderem responder os participantes tinham de ter obrigatoriamente mais de 18 anos e serem estudantes ou profissionais das áreas da educação, saúde, ação social, direito, forças policiais e outras que implicassem o contacto com crianças e jovens.

Tratou-se de uma amostra por conveniência (N=168), constituída por 148 participantes do sexo feminino (88.1%) e 20 do sexo masculino (11.9%), com idades compreendidas entre os 18 e os 62 anos (M=27.32, DP=9.54).

Desta forma, 37 participantes eram da área de Ação Social, 19 da área da Educação, 16 da área da Saúde, 66 da área do Direito, 4 das Forças Policiais e 26 de outras áreas que implicam igualmente contacto com crianças e jovens.

Relativamente ao número de anos de experiência, este foi muito variável (entre zero e 44

anos; $M=5.47$, $DP=9.01$). Da totalidade dos participantes, 51 (30.4%) já contactaram com crianças/jovens vítimas de abuso sexual no âmbito profissional e 62 (36.9%) fora do âmbito profissional. Relativamente à informação/formação para identificar uma situação de abuso sexual, 63 participantes (37.5%) consideraram que esta é insuficiente, enquanto que apenas sete (4.2%) consideraram que é muito boa. Quando a informação/formação se refere à atuação numa situação de abuso, somente cinco participantes (3%) consideraram que a qualidade é muito boa, sendo que 81 (48.2%) consideraram que é insuficiente. As fontes de informação mais mencionadas pelos participantes foram leituras sobre o tema (66.7%) seguida de comunicação social (45.2%).

Quadro 4.2.1

Características dos participantes

		Freq.	%
Sexo	Feminino	148	88.1
	Masculino	20	11.9
Estado civil	Solteiro/a	134	79.8
	Casado/a	30	17.9
	Viúvo/a	4	2.4
Tem filhos	Sim	36	21.4
	Não	132	78.6
Habilitações académicas	9º ano	1	0.6
	12º ano	39	23.2
	Licenciatura	104	61.9
	Mestrado	22	13.1
	Doutoramento	2	1.2
Área de formação	Ação Social	37	22
	Educação	19	11.3
	Saúde	16	9.5
	Direito	66	39.3
	Forças Policiais	4	2.4
	Outros	26	15.5
	Contacto com crianças/jovens vítimas de abuso sexual no âmbito profissional	Sim	51
Não		117	69.6
Contacto com crianças/jovens vítimas de abuso sexual fora do âmbito profissional	Sim	62	36.9
	Não	106	63.1
Informação que possui para identificar uma situação de abuso sexual	Insuficiente	63	37.5
	Satisfatória	59	35.1
	Boa	39	23.2
	Muito boa	7	4.2
Informação que possui para atuar numa situação de abuso sexual de crianças e jovens	Insuficiente	81	48.2
	Satisfatória	51	30.4
	Boa	31	18.5
	Muito boa	5	3
Total		168	100%

4.3. Instrumentos

4.3.1. Questionário Sociodemográfico

O grupo de questões sociodemográficas continha questões relativas à caracterização dos participantes, nomeadamente: sexo, idade, estado civil, existência de filhos, habilitações académicas e profissão e tempo de serviço. Inclui também questões relativas à existência de contacto, em contexto profissional e pessoal, com situações de abuso de crianças e jovens, à qualidade da informação/formação que possui para identificar e atuar em situações de abuso sexual e quais as fontes de informação a que recorreu.

4.3.2. Questionário de Representações sobre o Abuso Sexual de Crianças – Histórias

O primeiro questionário, Questionário de Representações sobre o Abuso Sexual de Crianças – Histórias (QRASC-HIS, Alberto, Alarcão, Fazenda e Querido, 2008), é originalmente composto por três histórias diferentes de abuso sexual de crianças/jovens e procura identificar as representações dos participantes relativamente à legitimação do abuso sexual. Em cada história é apresentado um conjunto de dez itens e é solicitado aos participantes que indiquem o seu grau de concordância relativamente a cada afirmação, tendo para tal quatro opções em escala de tipo *Likert* de quatro pontos (1- discordo totalmente, 2- discordo, 3- concordo, 4 – concordo totalmente). Os itens perfazem cinco dimensões teóricas: (1) legitimação e/ou banalização de situações que não impliquem penetração, (2) legitimação e/ou justificação da possibilidade de abuso sexual derivados de comportamentos da criança/adolescente, (3) legitimação e/ou justificação da possibilidade de abuso sexual devido a fatores externos (ex.: stress.), (4) desvalorização/aceitação de alguma situação “pouco abusiva” em favor da privacidade/coesão familiar, (5) (im)possibilidade de atribuição do abuso sexual ao abusador, em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

O questionário foi adaptado aos objetivos do presente estudo, tendo sido escolhidas apenas duas das três histórias, das quais se construiu uma segunda versão alterando o sexo das personagens, ficando assim com duas histórias em que as vítimas são crianças e duas histórias em que as vítimas são jovens, existindo em cada par uma vítima do sexo feminino com agressor do sexo masculino e uma vítima do sexo masculino com agressora do sexo feminino.

Foram obtidos os *alphas* de Cronbach para todas as histórias, tendo sido todos eles representativos de boa consistência interna. A História 1 (história do “André” – vítima: criança do sexo masculino; agressora: sexo feminino) obteve um *alpha* de Cronbach de 0.84, a História 2 (história da “Ana” – vítima: criança do sexo feminino; agressor: sexo masculino) de 0.75, a História 3 (história da “Luísa” – vítima: jovem do sexo feminino; agressor: sexo masculino) de

0.71 e a História 4 (história do “Luís” – vítima: jovem do sexo masculino; agressora: sexo feminino) de 0.88.

4.3.3. Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual

O segundo questionário, Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS, Machado, Gonçalves e Matos, 2000), diz respeito a um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual. É solicitado aos participantes que respondam a 17 itens tendo como referência uma escala de *Likert* de cinco pontos (1- discordo totalmente, 2- discordo, 3- não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente).

Existem neste questionário três subescalas: (1) legitimação pela sedução infantil (itens 4,6,8,9,11,12,13,16), (2) legitimação pela ausência de violência (itens 7,9,10,11,13,14,15,17) e (3) crença de que o abuso não existe caso o agressor não corresponda ao estereótipo existente (itens 1,2,3,4,5). O índice total do questionário constitui uma medida genérica de legitimação do abuso sexual.

Foram obtidos coeficientes de *alpha* de Cronbach indicadores de boa consistência interna em cada uma das subescalas, no total da escala, bem como nos índices de correlação entre as subescalas e a escala total (Quadro 4.3.3.1.).

Quadro 4.3.3.1.

Índices de correlação entre as subescalas e a escala total

	1	2	3	Total
ECAS SE. 1	$\alpha = 0.76$	$r = 0.78^{**}$	$r = 0.61^{**}$	$r = 0.92^{**}$
ECAS SE. 2		$\alpha = 0.75$	$r = 0.48^{**}$	$r = 0.87^{**}$
ECAS SE. 3			$\alpha = 0.61$	$r = 0.78^{**}$
Total				$\alpha = 0.84$

Nota: ** $p < 0.01$

4.3.4. Escala de Atitudes Pacíficas relativamente ao Género

O terceiro questionário, Escala de Atitudes Pacíficas relativamente ao Género (EAPG, Vaillancourt e Leaper, 1997) é constituído por 25 itens que pretendem avaliar se existem atitudes assimétricas ou igualitárias dos papéis de género. Os participantes respondem a cada um dos itens numa escala de *Likert* de quatro pontos (1- concordo totalmente, 2- concordo, 3- discordo, 4 – discordo totalmente).

Neste questionário existem duas subescalas, sendo uma delas referente à valorização da divisão assimétrica dos papéis de género (itens 1,2,3,4,5,7,10,11,13,14,15,18,20) e outra à valorização da divisão simétrica dos mesmos (itens 6,8,9,12, 16,17,19). O *alpha* de Cronbach

obtido para a primeira subescala (divisão assimétrica) foi de 0.91, o que indica uma boa consistência interna. Relativamente a esta subescala (divisão igualitária) foi obtido um *alpha* de Cronbach indicativo de baixa consistência interna, pelo que foram retirados os itens 9 e 16 depois de verificar que se correlacionavam negativamente com os restantes. Foi feita uma nova análise e foi obtido um *alpha* de Cronbach de 0.68, o que demonstra uma consistência interna razoável (Quadro 4.3.4.1.).

As escalas correlacionam-se negativamente, pelo que valores elevados numa escala pressupõem valores baixos na outra. Valores elevados na escala referente à valorização da divisão assimétrica dos papéis de género traduzem atitudes de desigualdade entre género, enquanto que valores mais altos na subescala referente à valorização da divisão simétrica traduzem atitudes mais igualitárias.

Quadro 4.3.4.1.

Índices de correlação entre as subescalas

	1	2
EAPG SE. 1	$\alpha = 0.91$	$r = - 0.54^{**}$
EAPG SE. 2		$\alpha = 0.68$

Nota: ** $p < 0.01$

4.4. Procedimento de recolha

No que diz respeito ao procedimento de recolha de dados, o mesmo foi feito através de um questionário on-line contruído na plataforma Qualtrics e posteriormente disseminado através de várias plataformas on-line (Facebook, E-mail).

Os critérios de seleção dos participantes disseram respeito à idade e à sua área de formação, tendo sido solicitados participantes com idade superior a 18 anos e das áreas da educação, saúde, ação social, direito, forças policiais e outras que implicassem o contacto com crianças e jovens.

O consentimento informado que antecedeu o preenchimento do questionário contemplou o direito dos participantes a abandonarem o estudo se assim o desejassem, tendo em conta a participação voluntária no mesmo, e a confidencialidade dos dados recolhidos, usados somente para fins académicos.

No final da recolha os dados foram exportados para o programa SPSS, através do qual se fez a análise dos mesmos.

4.5. Procedimento de análise

Após exportar a base de dados procedeu-se à correção da mesma, o que implicou fazer

tabelas de frequências para identificar se existiam *missings* e para uniformizar as respostas. Foi criada uma variável para o número dos participantes e duas mais para a caracterização da amostra relativamente à sua formação. Desta forma, procedeu-se a análise de frequências dos itens necessários para caraterizar os participantes.

Relativamente aos instrumentos utilizados, foi necessário fazer a inversão de alguns itens da EAPG e criar variáveis para as subescalas da EAPG e da ECAS. Foi ainda criada uma variável para contabilizar quantos participantes responderam a cada uma das histórias do QRASC-HIS de modo a fazer as análises posteriores e outra com as respostas de todos os participantes para ser possível fazer comparações entre os mesmos em função da história respondida. De seguida, foi testada a consistência interna dos instrumentos.

Posteriormente foram extraídos e analisados os resultados de testes de hipóteses.

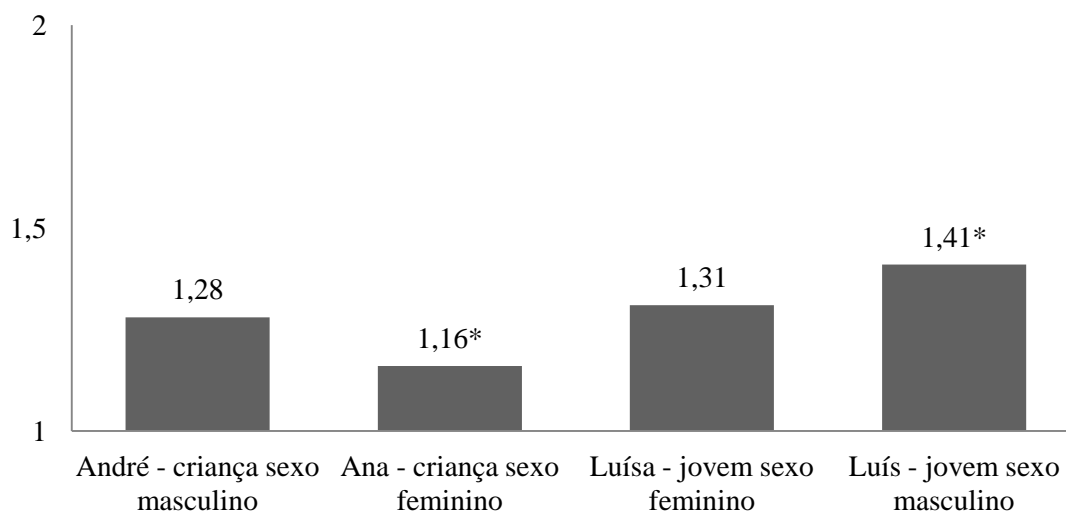
Capítulo V – Resultados

5.1 Análises descritivas

A distribuição das histórias do QRASC pelos participantes foi feita de forma relativamente semelhante, variando entre os 39 e os 45 participantes por história. Considerando o conjunto de histórias apresentadas, a média obtida ($M = 1.28$; $DP = 0.32$) foi indicativa de pouca legitimação/tolerância do abuso sexual de crianças e jovens. Também as médias de cada história individualmente revelaram pouca legitimação/tolerância face às diferentes situações apresentadas. Ainda assim, comparando as diferentes histórias, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as mesmas na forma como os participantes avaliaram a legitimação da situação de abuso sexual ($F_{(3, 168)} = 4.48$, $p < 0.05$). Após análise de testes post hoc de bonferroni verificaram-se que as diferenças estatisticamente significativas eram entre a história da Ana (vítima criança do sexo feminino) ($M = 1.16$; $DP = 0.23$) e do Luís (vítima jovem do sexo masculino) ($M = 1.41$; $DP = 0.41$).

Quadro 5.1.1.

Diferenças de médias das histórias apresentadas



Analisando a ECAS obtivemos resultados semelhantes, tendo em conta que a média obtida ($M = 1.37$; $DP = 0.30$) indicou a existência de crenças pouco legitimadoras do abuso sexual, bem como as médias de cada subescala.

Quadro 5.1.2.

Estatísticas descritivas da QRASC-HIS e da ECAS

	N	Média	Desvio Padrão
QRASC-HIS	168	1.28	0.32
História Ana	43	1.16	0.23
História André	45	1.28	0.31
História Luísa	41	1.31	0.29
História Luís	39	1.41	0.41
ECAS Total	168	1.37	0.30
ECAS SE 1	168	1.42	0.37
ECAS SE 2	168	1.25	0.17
ECAS SE 3	168	1.47	0.38
N válido	168		

Relativamente às representações sociais de género, as respostas às subescalas da EAPG (Subescala 1 – M = 3.15; DP = 0.40 e Subescala 2 – M = 3.74; DP = 0.41) revelaram que os participantes possuem uma visão mais igualitária face aos papéis de género.

Quadro 5.1.3.

Estatísticas descritivas da EAPG

	N	Média	Desvio Padrão
EAPG SE 1	168	3.15	0.40
EAPG SE 2	168	3.74	0.41
N válido	168		

5.2. Correlações

Relativamente às correlações entre as escalas utilizadas, verificou-se que todas as variáveis que dizem respeito ao Questionário de Representações sobre o Abuso Sexual de Crianças – Histórias (QRASC-HIS) e à Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS) estão correlacionadas positivamente,. Por outro lado, as subescalas da Escala Atitudes Pacíficas face ao Género (EAPG) correlacionam-se negativamente.

Quadro 5.2.1.

Índices de correlação entre as escalas

	QRASC -HIS	ECAS Total	ECAS SE. 1	ECAS SE. 2	ECAS SE. 3	EAPG SE. 1	EAPG SE. 2
QRASC- HIS	-	-	-	-	-	-	-
ECAS	.52*	-	-	-	-	-	-
ECAS SE. 1	.49**	.92**	-	-	-	-	-
ECAS SE. 2	.39**	.87**	.78*	-	-	-	-
ECAS SE. 3	.44**	.78**	.61**	.48**	-	-	-
EAPG SE. 1	.40**	.48**	.44**	.44**	.34**	-	-
EAPG SE. 2	-.28**	-.30**	-.25**	-.27**	-.23**	-.54**	-

Nota: * $p < 0.05$

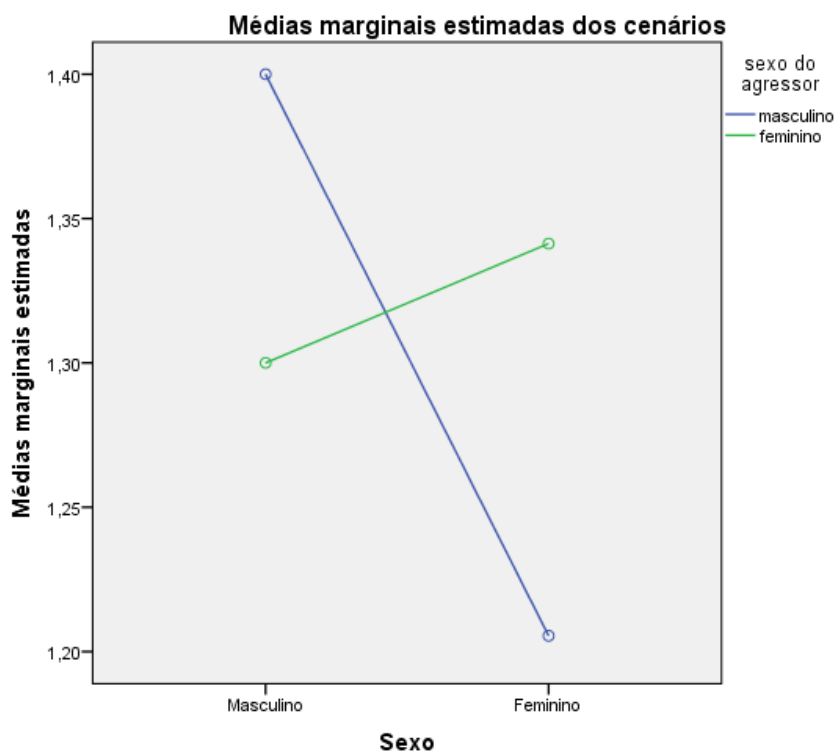
** $p < 0.01$

5.3. Análise em função das variáveis sócio-demográficas do participante

Tendo em conta as variáveis sociodemográficas analisadas, não se revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os participantes do sexo masculino e do sexo feminino face às histórias apresentadas ($F_{(1, 168)} = 1.09, ns$) e relativamente às crenças sobre o abuso sexual de crianças e jovens ($F_{(1, 168)} = 0.18, ns$). No que diz respeito às diferenças ancoradas no sexo do agressor/a também não se revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os participantes do sexo masculino e feminino. Contudo, apesar do efeito de interação não ter atingido a significância, as médias foram ligeiramente superiores para a legitimação por parte de participantes do sexo masculino de cenários com agressores do sexo masculino ($p \approx 0.10$).

Quadro 5.3.1.

Médias marginais estimadas



Também não se verificaram diferenças derivadas da área de formação dos participantes, nem nas respostas às diferentes histórias ($F_{(5, 168)} = 1.01, ns$) nem na ECAS ($F_{(1, 168)} = 1.74, ns$)

Encontrou-se ainda uma ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que tiveram e os que não tiveram contacto profissional ($t_{(166)} = -1.65, ns$) e fora deste âmbito ($t_{(166)} = -0.74, ns$) com crianças e jovens vítimas de abuso sexual nas suas respostas às histórias, i.e. na resposta aos cenários concretos apresentados. Por outro lado, nas crenças gerais sobre abuso sexual, os participantes que tiveram contacto profissional ($t_{(166)} = -3.63, p < 0.05$) e fora deste âmbito ($t_{(166)} = -3.08, p < 0.05$) com crianças e jovens vítimas de abuso sexual apresentaram crenças menos legitimadoras do que os participantes sem qualquer tipo de contacto.

Numa análise exploratória verificou-se ainda que os participantes com filhos ($M = 1.39$; $DP = 0.43$) apresentaram uma média mais elevada nas respostas às histórias ($t_{(166)} = 2.15, p < 0.05$), o que é indicador de maior nível de legitimação das situações de abuso, comparativamente aos participantes sem filhos ($M = 1.26$; $DP = 0.28$), embora isto não se tenha verificado nas respostas à escala de crenças ($t_{(166)} = -0.17, ns$).

5.4. Análise em função da idade da vítima e sexo da vítima e agressor

Relativamente às características do/a agressor/a e da vítima, os participantes não revelaram diferenças estatisticamente significativas derivadas do sexo do agressor ($t_{(166)} = -0.87$, *ns*) nem da idade da vítima ($t_{(166)} = -0.80$, *ns*) quando foram questionados relativamente às suas crenças. Contudo os participantes revelaram diferenças significativas quando confrontados com as histórias, sendo que demonstraram legitimar mais situações nas quais a agressora é do sexo feminino ($t_{(166)} = -2.14$, $p < 0.05$) e nas quais a vítima é jovem ($t_{(149)} = -2.83$, $p < 0.05$).

5.5. Regressões lineares

Depois de realizadas duas regressões lineares tendo como variável dependente a avaliação feita das histórias apresentadas, verificaram-se que as crenças relativas ao abuso sexual de crianças e jovens foram um preditor significativo das respostas às histórias ($R^2 = 0.28$; $F_{(4, 167)} = 15.93$, $p < 0.01$), explicando cerca de 28% da variância dos resultados, bem como as atitudes relativamente ao género ($R^2 = 0.17$; $F_{(2, 167)} = 16.67$, $p < 0.01$), que explicaram cerca de 17% da variância dos resultados.

Executou-se ainda uma regressão linear tendo como variável dependente as crenças sobre o abuso sexual de crianças e jovens, na qual se verificou que as atitudes relativamente ao género foram um preditor significativo das respostas ($R^2 = 0.23$; $F_{(2, 167)} = 24.33$, $p < 0.01$), explicando cerca de 24% da variância dos resultados.

Tanto para as crenças sobre o abuso sexual de crianças e jovens como para as situações específicas apresentadas, foi a subescala relativa às atitudes assimétricas face aos papéis de género a que apresentou resultados significativos ($\beta = 0.35$, $p < 0.01$). Os indivíduos com atitudes mais assimétricas face aos papéis de género apresentaram maior legitimação do abuso sexual de crianças e jovens.

Capítulo VI – Discussão

A presente dissertação teve como principal objetivo analisar as representações sociais sobre o abuso sexual de crianças e jovens e a sua relação com as representações sociais de género. Para isto, pretende-se avaliar as representações sociais de cada um dos conceitos; se existem diferenças na perceção do abuso sexual variantes (a) do sexo do agressor, (b) do sexo da vítima, (c) da idade da vítima e (d) do sexo do participante; explorar a relação entre as atitudes face aos papéis de género e as diferenças na legitimação de abuso sexual de crianças e jovens com base no sexo do agressor e da vítima, e ainda analisar estes resultados em função da área de formação dos participantes.

Como os resultados indicam, embora as representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens tenham sido indicadoras da pouca legitimação do abuso, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as histórias da Ana, a criança do sexo feminino, e o Luís, o jovem do sexo masculino, tendo sido esta a história com maior nível de legitimação. Relativamente às representações sociais de género, os resultados demonstraram serem um preditor significativo das representações sociais do abuso sexual, sendo os indivíduos com atitudes mais assimétricas face ao género legitimam mais o abuso sexual de crianças e jovens.

Como era expectável, verificou-se através dos resultados que a história mais legitimada pelos participantes era composta por uma agressora do sexo feminino e uma vítima do sexo masculino, confirmando assim a primeira hipótese. Como verificámos na literatura, é comum acreditar que as vítimas são sempre do sexo feminino (Fávero, 2003) e os agressores do sexo masculino (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Schackel, 2008). É menos provável que existam suspeitas se abuso sexual quando a vítima é do sexo masculino (Banyard, Williams & Siegal, 2004; Holmes & Slap, 1999; O’Leary & Barber, 2008) e, tendo em conta as noções tradicionais de masculinidade, pressupõe-se que estes não são negativamente afetados pelo abuso (Heru, 2001; KiaKeating, Grossman, Sorsoli & Epstein, 2005; McGuffey, 2005; Teram, Stalker, Hovey, Schachter & Lasiuk, 2006, citados por Elkins, Crawford & Briggs, 2017). Ademais, existe o mito de que os homens não são vitimizados (Stemple & Meyer, 2014), e que devem ser fortes e não vulneráveis (Javaid, 2015 & Weiss, 2010), pelo que raramente são tidos em conta como possíveis vítimas. Por outro lado, o comportamento das agressoras sexuais é minimizado devido à associação da mulher com a maternidade e a prestação de cuidados.

Constatou-se ainda que o grau de legitimação foi superior quando a vítima era um jovem do sexo masculino (ao invés de uma criança), confirmando também a segunda hipótese. Para além das questões de género anteriormente mencionadas, o facto da vítima ser um jovem faz

com que estejamos perante uma situação encarada pela sociedade como “mais normativa” (Elkins, Crawford & Briggs, 2017), na qual a relação é vista como simétrica e a experiência encarada como uma aprendizagem e um rito de iniciação da vida sexual para a vítima. Nestes casos a vitimização é minimizada (Allagia, 2004) e a situação mais legitimada.

Por outro lado, verificou-se também que a legitimação foi inferior quando a vítima é uma criança do sexo feminino, indo ao encontro do esperado na terceira hipótese e aquilo que se encontra de modo geral na literatura. Vítimas do sexo feminino são tendencialmente mais acreditadas pela sociedade e pelos serviços de proteção (Vukadin, Zgela & Mesic, 2016), da mesma forma que os homens são mais recorrentemente caracterizados como agressores (National Child Traumatic Stress Network, 2009; Rudman & Glick, 2010; Schackel, 2008).

Como se previu na quarta hipótese, os resultados revelaram que os indivíduos com atitudes assimétricas relativamente aos papéis de género apresentam maior grau de legitimação de abuso sexual de crianças e jovens. De acordo com a literatura, as representações sociais vigentes ainda categorizam os homens como agentes ativos na sexualidade e as mulheres agentes passivos (Rudman & Glick, 2010). Esta crença legitima os avanços sexuais por parte dos indivíduos do sexo masculino e, por outro lado, incentiva os homens a exibirem comportamentos sexualizados. Por outro lado, homens e mulheres são associados a outras categorias com base no seu género. As mulheres são consideradas emocionais, carinhosas e, principalmente, cuidadoras. Também esta crença mascara possíveis avanços sexuais feitos por agressoras do sexo feminino e legitima o seu comportamento com base nas expectativas sociais existentes. A manutenção deste sistema de crenças contribui para que situações como o abuso sexual sejam mais legitimadas, enquanto que atitudes mais igualitárias face ao género poriam em causa esta questão, na medida em que qualquer criança e jovem pode ser uma potencial vítima e qualquer mulher e homem pode ser um potencial agressor, independentemente do seu género. A crença na igualdade de género permite que todas as vítimas sejam de igual forma acreditadas e não permite a (diferente) legitimação de comportamentos abusivos com base no sexo do agressor/a.

Ao contrário do esperado, os indivíduos do sexo masculino não apresentaram maior legitimação do abuso sexual de crianças e jovens comparativamente ao sexo feminino. No entanto, demonstraram ligeiras diferenças comparativamente aos indivíduos do sexo feminino relativamente à legitimação do abuso sexual com base no sexo do agressor (do sexo masculino apenas), pelo que a quinta hipótese é parcialmente confirmada. Os dados obtidos podem ser resultado da pouca representatividade dos indivíduos do sexo masculino na amostra utilizada, tendo em conta que vão contra dados existentes na literatura que mostram que os indivíduos do

sexo masculino tendem a legitimizar mais o abuso sexual. Também, por outro lado, podem espelhar uma mudança, caso se deva ao caso de, atualmente, os homens não apresentarem de facto diferenças face às mulheres neste sentido, como resultado da sensibilização que tem sido feita a respeito do tema, bem como à mudança de paradigma a que vamos assistindo aos poucos, no que diz respeito à envolvência do pai nos cuidados, deixando de ser esta apenas uma condição associada à mãe. Pode ser também uma manifestação da alteração que, embora leve, se vai fazendo sentir, relativamente aos papéis de género e às características associadas a cada um.

Por outro lado, a sexta hipótese não se confirmou. Ao contrário do esperado, os indivíduos do sexo masculino não legitimaram mais os casos em que a agressora é do sexo feminino, e inclusive as médias fora ligeiramente superiores para a legitimação por parte de participantes do sexo masculino nos cenários com agressores do sexo masculino. Embora se assista de facto a uma tentativa de alteração dos papéis de género, o caminho a percorrer ainda é longo e a sociedade atual ainda é patriarcal, pelo que os resultados obtidos podem talvez ser explicados com base na tradicional, e ainda em vigor, visão do homem, aos quais são mais legitimados os avanços sexuais. No entanto, mais uma vez, pode somente dever-se à pouca representatividade dos indivíduos do sexo masculino na amostra recolhida.

Posto isto, tanto na quinta como na sexta hipótese (homens legitimam mais o abuso sexual e homens legitimam mais o abuso sexual cometido por agressoras do sexo feminino) os resultados foram inconclusivos e talvez inclusive contraditórios. Seriam necessárias novas análises afim de perceber a relação entre as variáveis.

No que diz respeito à sétima hipótese, o facto de não se ter confirmado, sendo que não se verificaram diferenças entre os estudantes/profissionais das diferentes áreas, pode ser resultado da distribuição assimétrica dos indivíduos por área. Embora fosse esperado que os estudantes e profissionais de ação social revelassem crenças menos legitimadoras, por estarem por norma mais bem informados sobre o tema, da mesma forma que se esperava que os estudantes/indivíduos das forças policiais apresentassem os resultados mais negativos (Schackel, 2008), o número de participantes por área de formação não era equitativo, e algumas áreas tinham pouca representatividade devido ao número de participantes, o que pode ter enviesado o resultado. Por outro lado, é também possível que, com os esforços feitos nos últimos tempos, os estudantes e profissionais de todas as áreas estejam atualmente mais bem informados, e formados, sobre o tema, e que as diferenças entre eles sejam cada vez mais subtis.

Relativamente à oitava hipótese, os resultados confirmaram-na, pois, estudantes/profissionais que tiveram contacto prévio, profissional ou fora deste âmbito, com crianças e jovens vítimas de abuso sexual, apresentaram crenças menos legitimadoras. O pouco

contacto, também muitas vezes aliado à inexistência de formação e preparação para lidar com estas situações, principalmente se forem casos mais “atípicos”, contribuem para a manutenção dos mitos que envolvem o abuso sexual. Desta forma, o contacto com vítimas pode contribuir para que os profissionais “aprendam” e reformulem o seu sistema de crenças.

No que diz respeito aos resultados encontrados em análise exploratória referentes à diferença entre ter e não ter filhos, verificou-se que os participantes com filhos legitimaram mais as situações de abuso sexual, pelo que hipotetizamos de seguida duas possíveis explicações. Por um lado, pode dever-se ao facto de em duas das histórias o/a agressor/a ser o avô/avó, na medida em que, enquanto pais, pode haver uma maior negação desta situação. Por outro lado, a parentalidade faz com que os indivíduos estabeleçam relações com outras pessoas presentes na vida dos filhos (ex.: professores, treinadores) com as quais não teriam contacto de outra forma. Como consequência, presenciar essas relações (entre o filho e os outros) e conhecer essas pessoas pode diminuir nos pais o receio de que as mesmas possam magoar a criança/jovem. No fundo, em qualquer uma das situações, é possível que, como mecanismo de defesa, os pais minimizem a importância de alguns comportamentos, numa atitude de rejeição da ideia de que alguém pode estar a abusar sexualmente do filho.

Em suma, os objetivos gerais do presente estudo foram cumpridos. Ainda assim, considerando a possibilidade de refazer este mesmo estudo, reconhecemos alguns aspetos possíveis de serem melhorados, reconhecendo-se algumas limitações. Relativamente à amostra e aos instrumentos utilizados, optaríamos por recolher dados sem recorrer a uma amostra de conveniência, a fim de podermos generalizar os mesmos, e a uma metodologia mais diversificada, não incluindo somente instrumentos de autorrelato, para evitar enviesamentos como os decorrentes da deseabilidade social. Ainda relativamente à amostra, seria importante, para além de aumentar o número de participantes, ter uma maior percentagem de indivíduos do sexo masculino, bem como uma distribuição dos participantes por área de formação mais equilibrada.

Futuramente, seria interessante considerar situações de abuso sexual em que a vítima e o agressor são do mesmo sexo, de modo a verificar se o padrão de resultados é semelhante ao obtido, bem como verificar se existem diferenças entre abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar. A idade do agressor seria também uma variável interessante de medir, da mesma forma que se fez com a idade da vítima. Tendo em conta que o abuso sexual de crianças e jovens é um problema de saúde pública, que pode afetar qualquer criança e jovem, e que se torna responsabilidade de todos e cada um intervir no sentido de cessar qualquer situação de abuso, seria também importante realizar este estudo com a população em geral.

Contudo, apesar das limitações consideradas, acreditamos ter contribuído para a área de estudo do abuso sexual, na qual tanto se têm investido. Apesar de haver ainda um longo caminho por percorrer, nomeadamente no que diz respeito aos mitos que encobrem este crime, a importância prestada ao tema tem crescido e com ela uma atitude geral de reprovação por parte da população.

Também na sociedade atual assistimos diariamente a contínuos esforços na luta pela igualdade de direitos e, de particular interesse neste caso, na igualdade de género. Mais uma vez, apesar da evolução nesse sentido, a visão tradicional de género que impera é ainda uma visão pouco igualitária. Ainda vivemos numa sociedade de “sexo forte” e “sexo fraco”, na qual a categorização consoante o órgão sexual é imediata e a expectativa social sobre a adequação aos papéis de género é alta.

Posto isto, é importante analisar o papel das representações sociais de género nas representações sociais do abuso sexual, principalmente de modo a perceber como minimizar as consequências negativas que podem advir desta relação.

Apesar do abuso sexual ser um “problema de todos”, os profissionais que trabalham junto das crianças e dos jovens, ou que assumem cargos associados à proteção e ao sentimento de segurança, assumem perto desta população um papel fulcral. Para além de usufruírem de uma posição privilegiada na sua proteção, a sua intervenção condiciona em grande parte o processo de recuperação das vítimas. Da mesma forma, muitos destes mesmos profissionais são também aqueles que lidam com o/a agressor/a, pelo que é imprescindível estarem formados e isentos de enviesamentos que os impeçam de lidar objetivamente com o indivíduo em questão.

Concluindo, o presente estudo revelou que as representações sociais de género explicam uma parte significativa das representações sociais do abuso sexual e, por consequência, do julgamento que é feito de cada situação, tendo por base o género dos envolventes. Como era esperado, as vítimas do sexo masculino são ainda mais desacreditadas face às vítimas do sexo feminino e as agressoras do sexo feminino mais toleradas que os agressores do sexo masculino. De modo a que tanto as vítimas como os agressores tenham um tratamento justo e, como tal, igualitário, é necessária uma mudança de paradigma no que diz respeito à visão tradicional e aos papéis de género socialmente expectáveis.

Fontes

Código Penal [CP] (2007). Coimbra: Almedina.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP], Artigo 11º, Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações impostas pela Lei nº142/2015, de 8 de setembro e pela Lei nº 23/2017, de 23 de maio.

Bibliografia

- Ackerman, P. T., Newton, J. E. O., McPherson, W. B., Jones, J. G., & Dykman, R. A. (1998). Prevalence of post traumatic stress disorder and other psychiatric diagnoses in three groups of abused children (sexual, physical, and both). *Child Abuse & Neglect*, 22(8), 759-774.
- Aded, N. L. Ol., Dalcin, B. L. G.S., Moraes, T. M., & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 33(4), 204-213
- Ajrouch, K. (2004) Gender, race and symbolic boundaries; contested spaces of identity among Arab-Americans adolescents. *Sociological perspectives*, 47(4), 371-391.
- Alaggia, R. (2004). Many ways of telling: Expanding conceptualization of child sexual abuse disclosure. *Child Abuse e Neglect: An International Journal*, 28(11), 1213-1227.
- Alaggia, R. & Millington, G. (2008). Male child sexual abuse: A phenomenology of betrayal. *Clinical Social Work Journal*, 36, 265-275.
- Almeida, A. C. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia* (tese de mestrado). Instituto de educação e psicologia, Braga.
- Alvarez, D., & Costa, M. D. C. (2015). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ – 2014* [pdf]. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=5603em=PDF
- Alvarez, D., Castro, J., Costa, M. D. C., & Macedo, P. (2016). *Avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens – Relatório anual 2015* [pdf]. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=5752em=PDF
- Alvarez, D., Costa, M. D. C., & Castro, J. (2014). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ – 2013* [pdf]. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf
- Alvarez, D., Santos, L., Bandeira, N., & Carvalho, R. (2013). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens – 2012* [pdf]. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_2012_28maio.pdf
- Alvarez, D., Santos, L., Costa, M. D. C., Teixeira, S., Carvalho, R., & Vidal, F. M. (2012). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens-2011*[pdf]. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3795em=PDF
- Alvarez, M. J., Marques-Pinto, A., Miranda, G. L., Melo, R., Baptista, V., Duarte, B., Raimundo, R., Maroco, J. (2010). Avaliação do projeto integrado para a prevenção do abuso sexual (PIPAS): Estudo preliminar. *Psychologica*, 52(1), 231-252.

- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (003).
- Arata, C. M. (1998). To tell or not to tell: Current functioning of child sexual abuse survivors who disclosed their victimization. *Child Maltreatment*, 3, 63–71
- Aubrey, J. S. (2004). Sex and punishment: An examination of sexual consequences and the sexual double standard in teen programming. *Sex Roles*, 50, 505–514.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: IGLU.
- Banyard, V., Williams, L., & Siegel, J. 2004. Childhood sexual abuse: A gender perspective on context and consequences. *Child Maltreatment*, 9(3): 223–238.
- Barker, G. T. (2005). Dying to be men: Youth, masculinity, and social exclusion. New York: Taylor & Francis.
- Belsky, J. (1980). Child Maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Berliner, L. (2011). Child sexual abuse: Definitions, prevalence and consequences. In J. E. B. Meyers (Ed.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (3^a ed.). Los Angeles, CA: Sage
- Berliner, L., & Elliott, D. M. (2002). Sexual abuse of children. In J. E. B. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. T. Hendrix, C. Jenny, e T. A. Reid (Eds.), *The APSAC: Handbook on child maltreatment* (2^a Ed., pp. 55 – 78). United States of America: Sage Publications.
- Blanchard, J. (1996). *Sexual exploitation*. Trabalho apresentado no Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, Brasília, Brasil.
- Boney-McCoy, S.& Finkelhor, D. (1995). Prior victimization: A risk factor for child sexual abuse and for PTSD-related symptomatology among sexually abused youth. *Child Abuse & Neglect*, 19(12), 1401-1421.
- Brown, J., Cohen, P., Johnson, J. G.,& Salzinger, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: Findings of a 17-year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 22(11), 1065-1078.
- Brunnberg, E., Boström, M. L., & Berglund, M. (2012). Sexual force at sexual debut. Swedish adolescents with disabilities at higher risk than adolescents without disabilities. *Child Abuse & Neglect*, 36(4), 285-295.
- Burgess, A., Commons, M. & E. Safarik, Mark & Rockwell Looper, Ruthann & Ross, Sara Nora. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology, and

- predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*.
- Butler, A. C. (2013). Child sexual assault: Risk factors for girls. *Child Abuse e Neglect*, 37(9), 643-652.
- Canadian Centre for Child Protection (2014). *Child sexual abuse – It is our business* [pdf]. Retirado de https://www.cybertip.ca/pdfs/C3P_ChildSexualAbuse_ItIsYourBusiness_en.pdf
- Castro, J., Bandeira, N., Alvarez D., Teixeira S., & Gaio, P. (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2016* [pdf]. Retirado de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2016.aspx>
- Chandy J. M., Blum R., & Resnick, M. D. (1996). Gender-specific outcomes for sexually abused adolescents. *Child Abuse & Neglect*. 20:1219-31.
- Collings, S. J., Griffiths, S., & Kumalo, M. (2005). Patterns of disclosure in child sexual abuse. *South African Journal of Psychology*, 35, 270–285.
- Comissão nacional de protecção das crianças e jovens em risco (2010). *Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – 2009* [pdf.] Retirado de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2009.aspx>
- Comissão nacional de protecção das crianças e jovens em risco (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – 2010* [pdf.] Retirado de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2010.aspx>
- Conte, J. R., Wolf, S., & Smith, T. (1989). What sexual offenders tell us about prevention strategies. *Child Abuse e Neglect*, 13(2), 293-301.
- Coohey, C. (2010). Gender differences in internalizing problems among sexually abused early adolescents. *Child Abuse & Neglect*. 34: 856–62.
- Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression*, 12, 287–299.
- Crisma, M.; Bascelli, E.; Paci, D.; & Romito, P. (2004). Adolescents who experienced sexual abuse: fears, needs and impediments to disclosure. *Child Abuse e Neglect* 28: 1035-1048.
- Darkness to the Light (2015). *Child Abuse Statistics* [pdf.] Retirado de https://www.d2l.org/wp-content/uploads/2017/01/all_statistics_20150619.pdf
- Darwin, C. (1871). *The descent of man and selection in relation to sex*. London:

- Murray.Davies, E. A., & Jones, A. C. (2013). Risk factors in child sexual abuse. *Journal of forensic and legal medicine*, 20(3), 146-150
- De Antoni, C., Barone, L. R., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132
- DePanfilis, D., & Salus, M. (1992). A coordinated response to child abuse and neglect: A basic manual. Washington, DC: National Center on Child Abuse and Neglect
- Dias, I., Ribeiro, C. S., e Magalhães, T. (2010). A construção social do abuso na infância. In T. Magalhães (Ed.), *Abuso de crianças e jovens – da suspeita ao diagnóstico* (pp 7-23). Lisboa: Lidel
- Diekman, A. B., & Eagly, A. H. (2000). Stereotypes as dynamic constructs: Women and men of the past, present, and future. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1171–1188.
- Dhaliwal, G. K., Gauzas, L., Antonowicz, D. H., & Ross, R. R. (1996). Adult malesurvivors of childhood sexual abuse: Prevalence, sexual abuse characteristics, and long-term effects. *Clinical Psychology Review*, 16(7), 619-639.
- Eagly, A. H., & Wood, W. (1999). The origins of sex differences in human behavior: Evolved dispositions versus social roles. *American Psychologist*, 54, 408–423.
- Eisenberg, M. E., Ackard, D. M., & Resnick, M. D. (2007). Protective factors and suicide risk in adolescents with a history of sexual abuse. *The Journal of pediatrics*, 151(5), 482-487.
- Elkins, J. , Crawford, K., & Briggs, H. (2017). Male Survivors of Sexual Abuse: Becoming Gender-Sensitive and Trauma-Informed. *Advances in Social Work*.
- Elliott, M., Browne, K., e Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: What offenders tell us. *Child Abuse e Neglect*, 19(5), 579-594.
- Faller, K. C. (2003). Definitions and Signs of Child Sexual. In Faller, K. C. (Ed.), *Maltreatment Understanding and Assessing Child Sexual Maltreatment* (2ª ed., pp. 19-52). EUA: Sage Publications
- Fallot, R., & Bebout, R. (2012). Acknowledging and embracing "the boy inside the man:" Trauma-informed work with men. In N. Poole & L. Greaves (Eds.), *Becoming trauma-informed* (pp. 165-174). Toronto, ON: Centre for Addiction and Mental Health.
- Fanslow, J. (2007). Urgent need for child abuse prevention. *Women's Studies Association (NZ) Newsletter*, 28(2), 11
- Fávero, M. F. (2003). Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fazenda, I.M. (2010). *Representações Sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças numa*

- amostra de Médicos e Enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários.* Dissertação de Mestrado em Psiquiatria Cultural não publicada. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ferreira, T., Chamiça, C., Saragoça C., Castro J., Alvarez, D., & Cardoso, R. (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – 2017* [pdf]. Retirado de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2017.aspx>
- Finkelhor, D. (1979). What`s wrong with sex between adults and children? *American Journal of Orthopsychiatry*, 49, 692-697.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research* (pp.107-133). New York: Free Press.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse e Neglect*, 18(5), 409-417.
- Finkelhor, D.,& Baron, L. (1986). Risk factors for child sexual abuse. *Journal of interpersonal violence*, 1(1), 43-71.
- Finkelhor, D., Moore, D., Hamby, S. L.,& Straus, M. A. (1997). Sexually abused children in a national survey of parents: methodological issues. *Child Abuse & Neglect*, 21(1), 1-9.
- Fischer, D. G., & McDonald, W. L. (1998). Characteristics of intrafamilial and extrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse e Neglect*, 22(9), 915-929. Fleming, J., Mullen, P., & Bammer, G. (1997). A study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. *Child Abuse e Neglect*, 21(1), 49-58.
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS*, 16, 158-167
- Friedman, M. S., Marshal, M. P., Guadamuz, T. E., Wei, C., Wong, C. F., Saewyc, E. M., & Stall, R. (2011). A meta-analysis of disparities in childhood sexual abuse, parental physical abuse, and peer victimization among sexual minority and sexual nonminority individuals. *American journal of public health*, 101(8), 1481-1494.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar – Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Gartner, R. B. (1999). *Betrayed as boys: The psychodynamic treatment of sexually abused men*. New York: The Guilford Press.

- Glaser, D. (1991). Treatment issues in child sexual abuse. *British Journal of Psychiatry*, 159, 769-782.
- González, E., Martínez, V., Leyton, C., & Bardi, A. (2004). Características de los abusadores sexuales. *SOGIA*, 11 (1), 6-14.
- Goodyear-Brown, P., Fath, A., & Myers, L. (2012). Child sexual abuse: The scope of the problem. In Goodyear-Brown, P. (Ed.), *Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment*. EUA: John Wiley & Sons, Inc.
- Goodman-Brown, T. B., Edelstein, R. S., Goodman, G. S., Jones, D. P. H., & Gordon, D. S. (2003). Why children tell: A model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse e Neglect*, 27, 525–540.
- Goodyear-Brown, P., Fath, A., & Myers, L. (2012). Child sexual abuse: The scope of the problem. In P. Goodyear-Brown (Ed.), *Handbook of child sexual abuse: Identification, assessment, and treatment* (pp. 3-28). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.
- Gries, L. T., Goh, D. S., & Cavanaugh, J. (1996). Factors associated with disclosure during child sexual abuse assessment. *Journal of Child Sexual Abuse*, 5(3), 1–20.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehrer F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21 (002), 338-344
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Höijer, Birgitta. (2011). Social Representations Theory. *Nordicom Review*.
- Holmes, W. C., & Slap, G. B. (1998). Sexual abuse of boys: Definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, 280(21), 1855-1862.
- Hussey, J. M., Chang, J. J., & Kotch, J. B. (2006). Child maltreatment in the United States: prevalence, risk factors, and adolescent health consequences. *Pediatrics*, 118(3), 933-942.
- Igwe, N. C. (2012). Primary Prevention Knowledge Of Parents And Teachers Of Nursery And Play Group On Childhood Sexual Abuse. Roma: Clute Institute International Conference.
- Irmak, T. Y., Aksel, Ş., e Thompson, D. (2016). Coping Strategies and Depression Among College Students Following Child Sexual Abuse in Turkey. *Journal of Child Sexual*

- Abuse*, 25(8), 881-894.
- Javaid, A. (2015). Police responses to, and attitudes towards, male rape: issues and concerns. *Police Science and Management*, 17(2), 81–90.
- Jensen, T. K., Gulbrandsen, W., Mossige, S., Reichelt, S., & Tjersland, O. A. (2005). Reporting possible sexual abuse: A qualitative study on children's perspectives and the context for disclosure. *Child abuse e neglect*, 29(12), 1395-1413.
- Jessor, R., Turbin, M.S., & Costa, F.M. (1998) Risk and protection in successful outcomes among disadvantaged adolescents. *Applied Developmental Science*, 2, 194–208.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 9, 190–200.
- Kaplan, H. I., & Sadock, B. J. (1990). *Compêndio de psiquiatria*. (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Keary, K., & Fitzpatrick, C. (1994). Children's disclosure of sexual abuse during formal investigation. *Child Abuse & Neglect*, 18(7), 543–548.
- Kellogg, N. D. & Menard, S. W. (2003). Violence among family members of children and adolescents evaluated for sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(12), 1367-1376.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological bulletin*, 113(1), 164-180.
- Knutson, J. F. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences. *Annual Review of Psychology*, 46, 401-431.
- Kogan, S. M. (2004). Disclosing unwanted sexual experiences: Results from a national sample of adolescent women. *Child Abuse e Neglect*, 28, 147–165.
- Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. *Em violencia doméstica* (pp. 32-42). São Leopoldo: AMENCAR.
- Kristensen, C. H. (1996). *Abuso sexual em meninos*. Dissertação de Mestrado não publicada. Curso de Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Lab, D. D., Feigenbaum, J. D., & De Silva, P. (2000). Mental health professionals' attitudes and practices towards male childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 24(3), 391-409.
- Lawson, L. (2008). Female Sex Offenders' Relationship Experiences. *Violence and Victims*, 23(3), 331–343.
- Leeb R. T., Paulozzi L., Melanson C., Simon T., & Arias I. (2008). Child Maltreatment

- Surveillance: Uniform Definitions for Public Health and Recommended Data Elements, Centers for Disease Control and Prevention Atlanta (GA): Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control.
- Ligezinska, M., Firestone, P., Manion, I. G., McIntyre, J., Ensom, R. & Wells, G. (1996). Children's emotional and behavioral reactions following the disclosure of extrafamilial sexual abuse: Initial effects. *Child Abuse & Neglect*, 20 (2), 111-125.
- Lombo, M. A. (s.d.). Maus tratos às crianças: abusos e negligência – Estudo das representações de pediatras, psicólogos, professores, educadores de infância e técnicos de serviço social. Faculdade de Psicologia e ciência da educação, Universidade do Porto, Porto.
- MacMillan, H. L., Tanaka, M., Duku, E., Vaillancourt, T., & Boyle, M. H. (2013). Child physical and sexual abuse in a community sample of young adults: Results from the Ontario Child Health Study. *Child Abuse e Neglect*, 37(1), 14-21.
- Maikovitch-Fong, A. K., & Jaffee, S. R. (2010). Sex differences in childhood sexual abuse characteristics and victims' emotional and behavioral problems: Findings from a national sample of youth. *Child Abuse & Neglect*, 34: 429–437.
- Matthews, J. K., Mathews, R., & Speltz, K. (1991). Female sexual offenders: A typology. In M. Q. Patton (Ed.), *Family sexual abuse: Frontline research and evaluation*. Newbury Park: Sage Publications.
- Matthews, R., Matthews, J. K., & Speltz, K. (1989). *Female sexual offenders: An empirical study*. Orwell, VT: The Safer Society Press.
- McCoy, M. L., & Keen, S. M. (2014). *Child abuse and neglect*. London: Routledge.
- Mian, M., Wehrspann, W., Klajner-Diamond, H., LeBaron, D., & Winder, C. (1986). Review of 125 children 6 years of age and under who were sexually abused. *The International Journal*, 10(1), 141-273
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations Explorations in Social Explanations to Social Phenomena*. Cambridge, UK: Polity Press.
- National Child Traumatic Stress Network (2009). *Child sexual abuse fact sheet – For parents, teachers, and other caregivers* [pdf]. Retirado de http://nctsn.org/nctsn_assets/pdfs/caring/ChildSexualAbuseFactSheet.pdf
- Nugent, Pam M.S., "RISK FACTOR," in PsychologyDictionary.org, April 28, 2013, <https://psychologydictionary.org/risk-factor/>
- O'Connell, M. E., Boat, T., & Warner, K. E. (2009). Preventing mental, emotional, and

behavioral disorders among young people: Progress and possibilities. *The National Academies Press*. Washington, DC.

O'Leary, P., & Barber, J. (2008). Gender Differences in Silencing Following Childhood Sexual Abuse. *Journal of child sexual abuse*, 17, 133-43.

Paine, M. L., & Hansen, D. J. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review*, 22, 271–295.

Paradise, J. E., Rose, L., Sleeper, L. A., & Nathanson, M. (1994). Behavior, family function, school performance, and predictors of persistent disturbance in sexually abused children. *Pediatrics*, 93(3), 452-459.

Parizotto, A. P., & Baran, M. F. (2015). Abuso sexual em meninos: rompendo o silêncio. *Unoesc & Ciência*.

Paveza, G. J. (1988). Risk Factors in Father-Daughter Child Sexual Abuse A Case-Control Study. *Journal of Interpersonal Violence*, 3(3), 290-306.

Priest, R., & Smith, A. (1992). Counseling Adult Sex Offenders: Unique Challenges and Treatment Paradigms. *Journal of Counseling & Development*, 71: 27-32.

Rebecca A. Geddes, Graham A. Tyson & Scott McGreal. (2012): Gender Bias in the Education System: Perceptions of Teacher–Student Sexual Relationships. *Psychiatry, Psychology and Law*.

Reese-Weber, Marla & M Smith, Dana. (2011). Outcomes of Child Sexual Abuse as Predictors of Later Sexual Victimization. *Journal of interpersonal violence*. 26. 1884-905.

Reinhart, M. (1987). Sexually abused boys. *Child Abuse & Neglect*, 11, 229–235.

Ribeiro, C. J. (2009). A criança na justiça – Trajetórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Coimbra: Almedina.

Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508–518.

Robinson, S. (2012). Enabling and Protecting: Proactive approaches to addressing the abuse and neglect of children and young people with disability.

Romano, E., & De Luca, R. V. (2001). Male sexual abuse: A review of effects, abuse characteristics, and links with later psychological functioning. *Aggression and Violent Behavior*, 6(1), 55-78.

Rowland, D. L., Zabin, L. S., & Emerson, M. (2000). Household risk and child sexual abuse in a low income, urban sample of women. *Adolescent e Family Health*.

Rudman, L. A., & Glick, P. (2010). The Social Psychology of Gender: How Power and

- Intimacy Shape Gender Relations, New York: Guilford.
- Sedlak, A. J., Mettenburg, J., Basena, M., Peta, I., McPherson, K., & Greene, A. (2010). *Fourth national incidence study of child abuse and neglect (NIS-4)*. Washington, DC: US Department of Health and Human Services.
- Robinson, S. (2012). Enabling and Protecting: Proactive approaches to addressing the abuse and neglect of children and young people with disability.
- Shackel, A. (2008). The beliefs commonly held by adults about children's behavioral responses to sexual victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32 (4), 485-495.
- Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório anual de segurança interna – 2008* [pdf]. Retirado de https://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf
- Sistema de Segurança Interna (2010). *Relatório anual de segurança interna – 2009* [pdf]. Retirado de https://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório anual de segurança interna – 2010* [pdf]. Retirado de [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202010.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202010.pdf)
- Sistema de Segurança Interna (2012). *Relatório anual de segurança interna – 2011* [pdf]. Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/201203-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf
- Sistema de Segurança Interna (2013). *Relatório anual de segurança interna – 2012* [pdf]. Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf
- Sistema de Segurança Interna (2014). *Relatório anual de segurança interna – 2013* [pdf]. Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>
- Sistema de Segurança Interna (2015). *Relatório anual de segurança interna – 2014* [pdf]. Retirado de [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014.pdf)
- Sistema de Segurança Interna (2016). *Relatório anual de segurança interna – 2015* [pdf]. Retirado de [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202015.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202015.pdf)

- Sistema de Segurança Interna (2017). *Relatório anual de segurança interna – 2016* [pdf]. Retirado de [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestão/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestão/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf)
- Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório anual de segurança interna – 2017* [pdf]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d4540f3-8cf2-e448600f3af6>
- Sjöberg, R. L., & Lindblad, F. (2002). Limited disclosure of sexual abuse in children whose experiences were documented by videotape. *American Journal of Psychiatry*, 159, 312–314.
- Smallbone, S., & Wortley, R. K. (2000). *Child sexual abuse in Queensland: Offender characteristics and modus operandi*. Brisbane: Queensland Crime Commission and Queensland Police Service.
- Stalker, K., & McArthur, K. (2012). Child abuse, child protection and disabled children: A review of recent research. *Child Abuse Review*, 21(1), 24-40.
- Stemple, J. D., & Meyer, I. (2014). The sexual victimization of men in America: New data challenge old assumptions. *American Journal of Public Health*, 104(6), 19–26.
- Stockdale, M., O'Connor, M., Gutek, B., & Geer, T. (2002). The relationship between prior sexual abuse and reactions to sexual harassment. *Psychology, Public Policy, and Law*, 8(1), 64-95.
- Sullivan, P. M., & Knutson, J. F. (2000). Maltreatment and disabilities: A population-based epidemiological study. *Child Abuse & Neglect*, 24(10), 1257-1273.
- Summit, R. C. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child abuse e neglect*, 7(2), 177-193.
- Terry, K.J. & Tallon, J.(nd). *Child Sexual Abuse: A Review of the Literature*.
- The National Center for Victims of Crime (2012). *Grooming Dynamic*. Retirado de: <https://victimsofcrime.org/media/reporting-on-child-sexual-abuse/grooming-dynamic-of-csa>
- Thomas, M., Eckenrode, J., & Gabarino, J. (1997). Family sexual abuse. In J. Gabarino e J. Eckenrode (Eds.), *Understanding abusive families: an ecological approach to theory and practice* (pp. 114 – 130). San Francisco: Jossey – Bass Publishers.
- Townsend, C. (2013). *Prevalence and consequences of child sexual abuse compared with other childhood experiences*. Charleston, S.C., Darkness to Light.
- Turton, J. (2010). Female Sexual Abusers: Assessing The Risk. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 38(4), 279-293.

- Vala, J., Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Ed.). *Psicologia social* (9ª edição revista e actualizada), (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vogeltanz, N. D., Wilsnack, S. C., Harris, T. R., Wilsnack, R. W., Wonderlich, S. A., & Kristjanson, A. F. (1999). Prevalence and risk factors for childhood sexual abuse in women: National survey findings. *Child Abuse e Neglect*, 23(6), 579-592.
- Vukadin, I. K., Zgela, V., & Mesic, J. (2016). Gender differences in sexual victimisation. *Revija za kriminalistiko in kriminologijo*, 4, 389-403.
- Watson, K. (1994). *Substitute care providers: Helping abused and neglected children*. Washington, DC: National Center on Child Abuse and Neglect.
- Weiss, K. G. (2010). Male sexual victimization: Examining men's experiences of rape and sexual assault. *Men and Masculinities*, 12(3), 275-298.
- Wertheimer, A. (2003). *Consent to sexual relations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wiley, T. R., Bottoms, B. L., Stevenson, M., & Oudekerk, B. (2006). In A. Fonseca, M. Simões, M. Simões, M. Pinho (Ed.), *Psicologia Forense*, (pp 313-354). Coimbra: Almedina.
- World Health Organization [WHO] (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention – WHO, Geneva, 29-31 março 1999* [pdf]. Retirado de
- World Health Organization (2002). *World report on violence and health: Summary* [pdf]. Retirado de:
http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf
- World Health Organization [WHO] (2017). *Child maltreatment* [pdf]. Retirado de
http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/child/Child_maltreatment_info_graphic_EN.pdf?ua=1
- Wright, G. F., & Scalora, M. J. (1996). *Child Maltreatment*. Manuscrito não publicado. Lincoln: University of Nebraska, Center on Children, Families and the Law.

Anexos

Anexo A – Tipos de abuso sexual

Abuso sexual sem contacto físico

Comentários sexuais

Exposição de partes íntimas

Voyeurismo

Fetichismo

Chamadas telefónicas obscenas

Carícias (por cima/baixo da roupa)

Tocar as partes íntimas da criança

Induzir a criança a tocar as partes íntimas do agressor

Penetração com as mãos ou objetos

Colocar os dedos na genitália ou ânus da vítima

Induzir a criança a colocar os dedos na genitália ou ânus do agressor

Colocar um objeto na genitália ou ânus da vítima

Induzir a criança a colocar um objeto na própria genitália ou ânus

Sexo oral (o agressor pode infligir estes atos ou induzir a criança a fazê-los)

Beijo com língua

Beijar, lambar ou morder outras partes do corpo

Chupar, beijar, lambar ou morder a zona mamária

Cunilíngua – lambar, beijar, morder, chupar ou colocar a língua na zona vaginal

Felação - lambar, beijar, morder, chupar o pénis

Analingus – lambar a zona anal

Penetração com o pénis (usualmente da vítima pelo agressor)

Penetração da vagina

Penetração do ânus

Anexo B – Consentimento informado e questionário aplicado

Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças e Jovens

Representações Sociais do Abuso Sexual

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e com a orientação da Doutora Carla Moleiro, pedimos a sua colaboração no preenchimento deste questionário online, que tem uma duração estimada de 15 minutos.

Trata-se de um estudo sobre as perceções de comportamentos sexuais e/ou abuso sexual de crianças e jovens.

Podem participar neste estudo pessoas com mais de 18 anos das áreas da educação, saúde, direito, ação social, forças policiais, e outras que impliquem contacto profissional com crianças e jovens.

A sua participação é de carácter voluntário, pelo que, em qualquer momento, poderá interrompê-la, sem ter que justificar a sua opção. A recolha e tratamento dos dados será realizada de forma anónima e confidencial, sendo que os dados recolhidos serão apenas utilizados para fins académicos. Recordamos que não existem respostas certas ou erradas, por isso, pedimos que as suas respostas sejam francas e honestas.

Caso necessite de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar através do endereço de correio eletrónico ccgmo@iscte-iul.pt (Catarina Monteiro).

Agradecemos antecipadamente a Vossa disponibilidade e colaboração.

Ao continuar este estudo, declaro que compreendi os objetivos dos estudos e que aceito participar.

- Aceito participar

QRASC

(adaptado de Alberto, I., Alarcão, M e, Fazenda, I., Querido, A., 2008)

Ser-lhe-á apresentada uma história e para cada uma das dez afirmações que se seguirão pedimos-lhe que indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala:

1 - discordo totalmente 2 - discordo 3 - concordo 4 - concordo totalmente

André é uma criança bonita de 5 anos, bem-disposto, filho de Idalina, enfermeira e de Alfredo, taxista. André vive com os pais e uma avó, técnica superior da função pública de 70 anos. O menino gosta muito de brincar com esta avó; é uma velhinha simpática, que sabe muitas brincadeiras divertidas. Um dia, o André disse a uma coleguinha de infantário que a avó o ensinou a brincar ao “ursinho que queria mimo”. No início o André gostava deste jogo, mas depois o “ursinho” queria que o André lhe fizesse mimos de que ele não gostava, pois tinha de mexer no pipi da avó. André também não gosta da forma como a avó lhe dá mimos a ele, quando faz de conta que é o “ursinho quer mimo”. Mexe-lhe no corpo todo, como se estivesse a dar-lhe banho. Diz à avó que não gosta daquela brincadeira e que quer ir fazer outra coisa. A avó explicou-lhe que era uma brincadeira só dos dois; mais ninguém podia saber, senão o “ursinho” ficava muito triste. Nem os pais do André podiam saber, senão a avó tinha que sair de casa para muito longe e o André nunca mais a via; os pais iam ficar muito tristes!

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
A avó do André nunca faria verdadeiramente nada de sexualmente abusivo ao seu próprio neto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A avó do André pode andar a passar por uma fase difícil, lidando mal com o facto de estar reformada, viúva e dependente do filho, e por isso ter brincadeiras menos próprias com o neto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O André é tão pequeno que é disparate pensar que a avó tenha relações sexuais com ele.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É muito pouco provável que o André seja sexualmente abusado pela avó, pois quer os pais quer a avó são pessoas com estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e a avó até foi técnica superior da	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

função pública.

Não é possível que a avó do André, naquela idade, sendo uma pessoa simpática, sem problemas mentais, possa abusar sexualmente do neto.

O André deve ter visto na televisão, e depois baralhou-se com as brincadeiras da avó, pois agora tudo parece ser “abuso sexual”.

Não se pode dizer que a avó abuse sexualmente do André, pois não passa de umas “carícias” e não há realmente tentativa de ter relações sexuais com o menino.

O André não devia andar a contar estas coisas por aí, pois corre mesmo o risco de que a sua família se desorganize e de que os pais e a avó fiquem destroçados com esta história.

Muito provavelmente o André teve algum pesadelo depois de ouvir as notícias que agora falam muito de abuso sexual de crianças e está confuso, pensando que aconteceu mesmo.

Como a avó do André é viúva, é provável que ela procure nas brincadeiras com o neto um pouco de carinho, que é percebido como um comportamento

sexualmente abusivo.

QRASC

(adaptado de Alberto, I., Alarcão, M e, Fazenda, I., Querido, A., 2008)

Ser-lhe-á apresentada uma história e para cada uma das dez afirmações que se seguirão pedimos-lhe que indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala:

1 - discordo totalmente 2 - discordo 3 - concordo 4 - concordo totalmente

Ana é uma criança bonita de 5 anos, bem-disposta, filha de Idalina, enfermeira e de Alfredo, taxista. Ana vive com os pais e um avô, técnico superior da função pública, de 70 anos. A menina gosta muito de brincar com este avô; é um velhinho simpático, que sabe muitas brincadeiras divertidas. Um dia, a Ana disse a uma coleguinha de infantário que o avô a ensinou a brincar ao “ursinho que queria mimo”. No início a Ana gostava deste jogo, mas depois o “ursinho” queria que a Ana lhe fizesse mimos de que ela não gostava, pois tinha de mexer na pilinha que ficava muito “estranha”. Ana também não gosta da forma como o avô lhe dá mimos a ela, quando faz de conta que é o “ursinho quer mimo”. Mexe-lhe no corpo todo, como se estivesse a dar-lhe banho. Diz ao avô que não gosta daquela brincadeira e que quer ir fazer outra coisa. O avô explicou-lhe que era uma brincadeira só dos dois; mais ninguém podia saber, senão o “ursinho” ficava muito triste. Nem os pais da Ana podiam saber, senão o avô tinha que sair de casa para muito longe e a Ana nunca mais o via; os pais iam ficar muito tristes!

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
O avô da Ana nunca faria verdadeiramente nada de sexualmente abusivo à sua própria neta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O avô da Ana pode andar a passar por uma fase difícil, lidando mal com o facto de estar reformado, viúvo e dependente do filho, e por isso ter brincadeiras menos próprias com a neta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Ana é tão pequena que é disparate pensar que o avô tenha relações sexuais com ela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É muito pouco provável que a Ana seja sexualmente abusada pelo avô, pois quer os pais quer o avô são pessoas com	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

estudos e bem formadas. A mãe é enfermeira e o avô até foi técnico superior da função pública.

Não é possível que o avô da Ana, naquela idade, sendo uma pessoa simpática, sem problemas mentais, possa abusar sexualmente da neta.

A Ana deve ter visto na televisão, e depois baralhou-se com as brincadeiras do avô, pois agora tudo parece ser “abuso sexual”.

Não se pode dizer que o avô abuse sexualmente da Ana, pois não passa de umas “carícias” e não há realmente tentativa de ter relações sexuais com a menina.

A Ana não devia andar a contar estas coisas por aí, pois corre mesmo o risco de que a sua família se desorganize e de que os pais e o avô fiquem destroçados com esta história.

Muito provavelmente a Ana teve algum pesadelo depois de ouvir as notícias que agora falam muito de abuso sexual de crianças e está confusa, pensando que aconteceu mesmo.

Como o avô da Ana é viúvo, é provável que ele procure nas

brincadeiras com a neta
um pouco de carinho,
que é percebido como
um comportamento
sexualmente abusivo.

QRASC

(adaptado de Alberto, I., Alarcão, M e, Fazenda, I., Querido, A., 2008)

Ser-lhe-á apresentada uma história e para cada uma das dez afirmações que se seguirão pedimos-lhe que indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala:

1 - discordo totalmente 2 - discordo 3 - concordo 4 - concordo totalmente

A Luísa tem 13 anos, está na idade do “armário”, e parece estar sempre “cinzenta” como refere a mãe. Como adolescente, a Luísa preocupa-se com o seu aspeto físico, que fica realçado com as saias curtas que gosta de usar. É uma adolescente reservada e pouco expansiva, mas vistosa. A mãe refere que a Luísa nunca foi muito alegre e era calada, mas agora está mais reservada e triste, por isso está preocupada e já a questionou sobre o que se passava, mas a Luísa respondeu que “nada”! A melhor amiga da Luísa relatou à sua mãe que o professor L. ofereceu-se para dar umas explicações à Luísa, para ela melhorar as notas nos testes. Parece ser um professor muito preocupado com ela, sempre muito disponível para a ouvir e apoiar nos seus problemas pessoais e escolares. Luísa tenta evitar o contacto com ele, mas não se atreve a dizer nada. Na sala, o professor acaba sempre a conversa com ela dizendo “menina bonita”. Às vezes, basta um olhar dele para ela ficar quieta e calada. A amiga não sabe o que acontece durante as explicações porque não entra mais ninguém na sala, nessas alturas. A Luísa foi dizendo, meio envergonhada, que o professor lhe mete as mãos dentro da t-shirt e por baixo da saia, que se encosta a ela e que fica a respirar mesmo junto do seu pescoço, o que a incomoda imenso. Quando a mãe da Luísa conversou com o professor sobre a filha, ele disse-lhe que “realmente a Luísa anda estranha, mas não é nada preocupante, são apenas namoricos de adolescente com colegas”.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
O professor não arriscaria fazer alguma coisa tão grave como abusar sexualmente de uma aluna sua na escola.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É mais provável que a Luísa tenha um namorado e tenha inventado aquela história para as amigas e família, para se defender de algum mexerico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É possível que o professor tenha tido um comportamento menos próprio para com a Luísa, porque tem andado com muita pressão no trabalho e na vida familiar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

É um exagero da Luísa considerar algum atrevimento por parte do professor, como abuso sexual. Os adolescentes tendem a ser mesmo exagerados e emotivos.

Mesmo que o professor esteja a ser atrevido para com a Luísa, ela pode gostar deste atrevimento, pois fá-la sentir-se crescadinha: até há um professor que a vê como namorada! Por isso, não pode ser visto como abuso sexual.

A Luísa provoca o professor com a roupa que usa e, se não gostasse do que ele lhe faz, iria vestida de outra forma para a escola.

Não parece que o professor abuse da Luísa, até porque se preocupa muito com ela, com as suas notas, e dá-lhe conselhos.

A intervenção numa suspeita de abuso sexual é tão traumatizante, que mesmo que o professor tenha comportamentos mais sexualizados com a Luísa, é melhor para ela não os divulgar.

Mesmo que o professor tenha

“seduzido” a Luísa,
ela não deveria
divulgar a situação,
pois é um problema
muito íntimo, que vai
invadir a sua
privacidade.

Mexer na t-shirt e na
saia da Luísa pode ser
considerado
atrevimento e deve
ser interrompido, mas
é um exagero achar
que é abuso sexual.



QRASC

(adaptado de Alberto, I., Alarcão, M e, Fazenda, I., Querido, A., 2008)

Ser-lhe-á apresentada uma história e para cada uma das dez afirmações que se seguirão pedimos-lhe que indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala:

1 - discordo totalmente 2 - discordo 3 - concordo 4 - concordo totalmente

O Luís tem 13 anos, está na idade do “armário”, e parece estar sempre “cinzento” como refere a mãe. Como adolescente, o Luís preocupa-se com o seu aspeto físico, que fica realçado com a roupa justa que gosta de usar. É um adolescente reservado e pouco expansivo, mas vistoso. A mãe refere que o Luís nunca foi muito alegre e era calado, mas agora está mais reservado e triste, por isso está preocupada e já o questionou sobre o que se passava, mas o Luís respondeu que “nada”! O melhor amigo do Luís relatou à sua mãe que a professora L. ofereceu-se para dar umas explicações aos Luís, para ele melhorar as notas nos testes. Parece ser uma professora muito preocupada com ele, sempre muito disponível para e ouvir e apoiar nos seus problemas pessoais e escolares. Luís tenta evitar o contacto com ela, mas não se atreve a dizer nada. Na sala, a professora acaba sempre a conversa com ele dizendo “menino bonito”. Às vezes, basta um olhar dela para ele ficar quieto e calado. O amigo não sabe o que acontece durante as explicações porque não entra mais ninguém na sala, nessas alturas. O Luís foi dizendo, meio envergonhado, que a professora lhe mete as mãos dentro da t-shirt e dentro das calças, que se encosta a ele e que fica a respirar mesmo junto do seu pescoço, o que o incomoda imenso. Quando a mãe do Luís conversou com a professora sobre o filho, ela disse-lhe que “realmente o Luís anda estranho, mas não é nada preocupante, são apenas namoricos de adolescente com colegas”.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
A professora não arriscaria fazer alguma coisa tão grave como abusar sexualmente de um aluno seu na escola.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É mais provável que o Luís tenha uma namorada e tenha inventado aquela história para os amigas e família, para se defender de algum mexerico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É possível que a professora tenha tido um comportamento menos próprio para com o Luís, porque tem andado com muita pressão no trabalho e na vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

familiar.

É um exagero do Luís considerar algum atrevimento por parte da professora, como abuso sexual. Os adolescentes tendem a ser mesmo exagerados e emotivos.



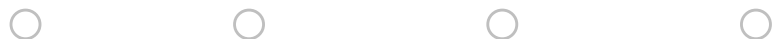
Mesmo que a professora esteja a ser atrevida para com o Luís, ele pode gostar deste atrevimento, pois fá-lo sentir-se crescidinho: até há uma professora que o vê como namorado! Por isso, não pode ser visto como abuso sexual.



O Luís provoca a professora com a roupa que usa e, se não gostasse do que ela lhe faz, iria vestido de outra forma para a escola.



Não parece que a professora abuse do Luís, até porque se preocupa muito com ele, com as suas notas, e dá-lhe conselhos.



A intervenção numa suspeita de abuso sexual é tão traumatizante, que mesmo que a professora tenha comportamentos mais sexualizados com o Luís, é melhor para ele não os divulgar.



Mesmo que a professora tenha “seduzido” o Luís, ele não deveria divulgar a situação, pois é um problema muito íntimo, que vai invadir a sua privacidade.

Mexer na t-shirt e nas calças do Luís pode ser considerado atrevimento e deve ser interrompido, mas é um exagero achar que é abuso sexual.



ECAS

(C. Machado, M. Gonçalves e M. Matos, 2000; Universidade do Minho)

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual. Pede-se que leia atentamente essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e não como acha que deveria ser. Avalie cada afirmação, selecionando a opção que melhor traduza o seu modo de pensar.

1 - discordo totalmente 2 - discordo 3 - não concordo nem discordo 4 - concordo 5 - concordo totalmente

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Só as raparigas é que são vítimas de abuso sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As crianças podem provocar o abuso, pelo seu comportamento sedutor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Só se pode falar de abuso quando há violência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães (p.ex., nos processos de divórcio).

Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela.

Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente, é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os).

Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu.

As adolescentes levam os homens mais velhos a abusar delas.

Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.

Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave.

Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente.

A maioria das
queixas de abuso
sexual são falsas.

Se não tiver havido
penetração, então o
abuso é pouco grave.

EAPG

Versão traduzida para investigação Maria Andrade (Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2006) adaptado por C. Serrão, T. Martins, M. Cardoso, e R. Moreira, 2011

Em seguida, é apresentado um conjunto de frases que dizem respeito às atitudes perante os papéis de género. Por favor, indique em que medida concorda ou discorda com cada uma delas, utilizando a seguinte escala de resposta:

1 - concordo totalmente 2 - concordo 3 - discordo 4 - discordo totalmente

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
É mais adequado, para ama ou educador de infância, uma mulher do que um homem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um homem deve ter a principal responsabilidade do suporte económico da família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar linguagem obscena é pior numa rapariga do que num rapaz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Só os homens deveriam poder participar em combates militares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve ser o homem a pagar as despesas quando tem um encontro com uma mulher. 5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O assédio no local de trabalho é um problema grave.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deveria ser igualmente aceitável para as raparigas jogar desportos duros como o hóquei em patins ou o futebol.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É aceitável ser a mulher a tomar a iniciativa para	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

começar uma relação
afetiva com um
homem.

A discriminação
contra as mulheres no
mercado de trabalho
já não é um problema.

Deveria ser
igualmente aceitável
para uma mulher ou
para um homem ficar
em casa a tomar conta
das crianças enquanto
o/a companheiro/a
trabalha.

É errado os rapazes
brincarem com
bonecas.

A mulher deve ter
cuidado para não
parecer mais
inteligente do que o
homem quando
namora.

Existem alguns
empregos que não são
adequados para as
mulheres.

As raparigas devem
ter mais limites
quando saem de casa
que os rapazes.

No mercado de
trabalho, as mulheres
estão a tirar o lugar
aos homens que
precisam mais do
emprego.

Os homens
demonstram a sua
superioridade face às
mulheres quando têm
um comportamento
cortês (por ex. abrir a
porta às mulheres).

Homens e as mulheres deveriam poder fazer escolhas sobre a sua vida sem serem limitados pelo seu sexo.

As mulheres devem preocupar-se mais com a maneira de vestir e a aparência do que os homens.

É igualmente aceitável para os homens e para as mulheres chorar à frente de outras pessoas.

Quando o pai e a mãe estão empregados e quando o/a filho/a adoece na escola, deve ser primeiro chamada a mãe e só depois o pai.

Sexo

- Masculino
- Feminino

Idade

Nacionalidade

- Portuguesa
- Outra _____

Estado civil

- Solteiro/a
- Casado/a
- Viúvo/a
- Divorciado/a

Tem filhos?

- Sim
- Não

Habilitações académicas

- 9º ano
- 12º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Profissão (em caso de escolher Estudante, indicar a área de estudo)

Experiência profissional:
Tempo de serviço (em anos)

Experiência profissional: Já contactou, profissionalmente, com crianças ou jovens vítimas de abuso sexual?

- Sim
- Não

Experiência pessoal:
Já contactou, fora do âmbito profissional, com crianças ou jovens vítimas de abuso sexual?

- Sim
- Não

Como avalia a informação e formação que possui para identificar uma situação de abuso sexual de crianças ou jovens?

- Insuficiente
- Satisfatória
- Boa
- Muito boa

Como avalia a informação e formação que possui para atuar numa situação de abuso sexual de crianças ou jovens?

- Insuficiente
- Satisfatória
- Boa
- Muito boa

Quais foram as fontes de informação sobre abuso sexual de crianças e jovens a que já recorreu?

- Ações de formação
- Congressos
- Comunicação social
- Leituras sobre o tema
- Pesquisa informática
- Nenhuma
- Outra _____